

Do alinhamento recalitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5

Paulo Roberto de Almeida ·

(www.pralmeida.org; pralmeida@mac.com)

In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas (orgs.),
'Tempo Negro, temperatura sufocante': Estado e Sociedade no Brasil do AI-5
(Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2008; 396 p.;
ISBN 978-85-7866-002-4; p. 65-89).

Sumário:

1. Introdução: uma Casa conservadora, dotada de pensamento avançado
2. Pré-história: o Itamaraty nos tempos da Guerra Fria
3. Política Externa Independente: uma vocação recorrente
4. O realinhamento de 1964 a 1967: um interregno incômodo
5. Revolução na revolução: o Itamaraty na tormenta
6. Segurança e desenvolvimento: colaboração, ainda que relutante
7. Pós-história: os efeitos de longo prazo

Referências bibliográficas

Esquema: Brasília, 1822: 7 de outubro de 2007, 1 p.
Redação: Brasília, 1847; 31 de dezembro de 2007, 32 p.
Revisão final: 10 e 23 de janeiro, 5 abril de 2008, 35 p.

· Doutor em ciências sociais, mestre em planejamento econômico, diplomata de carreira desde 1977; professor no mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub). As opiniões expressas neste ensaio são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando posições ou políticas das entidades às quais o autor se encontra vinculado. Agradecimentos especiais são devidos aos diplomatas Amaury Banhos Porto de Oliveira, Claudio Sotero Caio, Flavio Marega, Geraldo Egidio da Costa Holanda Cavalcanti, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Guilherme Luiz Leite Ribeiro, Marcelo Raffaelli, Márcio Dias, Rubens Ricupero, Sebastião do Rego Barros e Sérgio Bath, pelos seus comentários, correções e sugestões a uma primeira versão deste texto, sem que eles obviamente respondam pelos argumentos desenvolvidos neste ensaio.

1. Introdução: uma Casa conservadora, dotada de pensamento avançado

As desventuras do Itamaraty e de seus diplomatas com o instrumento por excelência da ditadura militar, o AI-5, representam apenas um curto capítulo – talvez não o mais importante – na trajetória moderna desse órgão de Estado, de uma longa história de confrontos de idéias e de acomodações pragmáticas entre os partidários de diferentes correntes de opinião que perpassam e dividem a agência diplomática, como de resto sempre foi o caso com diversas outras instituições do Estado e com a própria sociedade brasileira. A luta de idéias sempre esteve presente em várias épocas de debate nacional: escravistas e abolicionistas, metalistas e papelistas, industrializantes e agraristas, liberais e protecionistas, estruturalistas e monetaristas, interdependentes (conhecidos também como “associados” ou “entreguistas”) e nacionalistas e outras combinações ocasionais. Embates dicotômicos não foram raros na moderna história brasileira, colocando pessoas e grupos que defendiam posições antagônicas na agenda política em confronto direto, redistribuindo cartas nos jogos de poder que inevitavelmente acompanham esses enfrentamentos e provocando cisões na elite – e apenas na elite – como resultado desses confrontos, de resto mais ruidosos do que verdadeiramente ruinosos, mais ideológicos do que materiais, num país bem mais propenso à conciliação do que à ruptura, na interpretação de historiadores como José Honório Rodrigues.¹

Com o AI-5 foi talvez diferente, na medida em que se tratou não de um debate no seio da sociedade, mas de uma imposição vinda do alto, de uma cisão no próprio grupo de poder, que provocou profunda rejeição na elite ilustrada que sempre esteve envolvida com a política exterior do Estado, como é o caso do Itamaraty e da comunidade de política externa.² Havia, obviamente, uma divisão subjacente na política externa e no corpo funcional do Itamaraty entre, de um lado, os partidários (dentro e fora do Itamaraty) da orientação alinhada e anti-comunista da política internacional do Brasil e, de outro lado, os propugnadores de uma nova postura, não alinhada, independente e progressista, para as relações exteriores do país. Os fatos mais relevantes, em termos de seleção de “alvos esquerdistas” no Itamaraty, precederam, na verdade, a “edição” do AI-5, que não trouxe, a rigor, conseqüências de maior relevo para o ministério ou para seu corpo funcional. As conseqüências mais importantes,

¹ Ver José Honório Rodrigues, *Conciliação e Reforma no Brasil: Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

² A “comunidade” de política externa sempre envolveu bem mais do que os diplomatas profissionais, incorporando políticos, militares, magistrados, intelectuais e personalidades de relevo eventualmente chamadas a desempenhar cargos nas relações exteriores do país, o que, historicamente, foi mais comum no Império e nas Repúblicas de 1889, 1930 e 1946, do que no período militar e mais recentemente.

talvez, foram as que incidiram sobre a própria política externa, mas ainda aqui o profissionalismo do Itamaraty atuou para reduzir ao mínimo os “ruídos” e interferências sobre a diplomacia profissionais. No âmbito geográfico específico do imediato entorno regional, poder-se-ia talvez falar, nesses anos, de uma “diplomacia militar”, em certo sentido mais importante do que a sua versão tradicional, mais bem comportada, pelo menos no que se refere à colaboração informal com as demais ditaduras militares.

Com efeito, não se deve esquecer que, desde os anos 1930, o anti-comunismo se tinha convertido em política oficial do Estado brasileiro, recolhendo, ademais das forças armadas, fortes adesões nas chamadas classes conservadoras – empresários, líderes religiosos, velhos políticos – e entre alguns intelectuais. Segundo uma interpretação histórica que toma impulso a partir da mesma época – não exclusivamente de extração marxista, mas apoiada principalmente em escritores como Manoel Bonfim, Octávio Brandão e Caio Prado Júnior –, as razões do atraso da sociedade brasileira deveriam ser atribuídas à velha dominação do colonialismo e à nova do imperialismo, bem como, de uma forma geral, ao demorado regime de submissão a interesses metropolitanos e, indo um pouco mais além, à sobrevivência da estrutura colonial e política pós-Independência. Modernamente, os fatores decisivos do atraso se situariam na submissão econômica a interesses estrangeiros, em especial a preponderância britânica, seguida da americana, que impediram, na prática, qualquer projeto de desenvolvimento nacional em bases autônomas. Numa interpretação mais paranóica dessa “explicação” histórica, se poderia pensar numa espécie de “conspiração” das elites com esses interesses estrangeiros, produzindo como resultado o não desenvolvimento nacional e a sujeição continuada à hegemonia das potências dominantes no plano mundial, o que, para um país como o Brasil, só poderia significar a dominação econômica do imperialismo norte-americano.

É contra esse pano de fundo que se deve entender o embate, no Itamaraty e em setores próximos da política externa, entre os conservadores, alinhados com o anticomunismo e o *status quo*, e, na outra ponta, os progressistas, antiimperialistas e promotores do “desalinhamento” imperial, *ipso facto* identificados com as teses nacionalistas em economia e em política externa. “No nacionalismo”, segundo a caracterização de José Honório Rodrigues, “se confundiam o patriotismo, a luta pela liberdade econômica e contra o imperialismo, na sua forma de exploração econômica, a defesa dos interesses e aspirações nacionais, a tendência

pelo neutralismo e contra as tutelas internacionais, e, nas formas extremadas, o sentimento antiamericano”.³

Uma interpretação como essa, de um dos maiores historiadores nacionais, nos parece, hoje, por demais ingênua para ser seriamente considerada no trabalho de reavaliação política dessa época, mas o fato é que esse tipo de “explicação” era – e talvez ainda seja, hoje – tida como válida para “organizar” a visão de um mundo fraturado, como ele aparecia aos contemporâneos de JK, de Goulart e de Lacerda, uma ordem política dividida entre os progressistas, próximos da esquerda e das revoluções socialistas, e os conservadores, não necessariamente de direita, mas aliados dos EUA e anticomunistas “naturais”. Se não se leva em conta estas características do *Zeitgeist* do problema que vai aqui focado, fica difícil compreender as ações dos homens daquela época, sobretudo as dos militares, que, por um momento na história do Brasil, deixam de ser o “poder moderador” de que falava o mesmo José Honório Rodrigues, para descer à arena da política e ali tentar “consertar” o país de seus muitos defeitos políticos, econômicos e sociais.

2. Pré-história: o Itamaraty nos tempos da Guerra Fria

O ambiente maniqueísta do pós-guerra, com a necessidade de posicionamento em favor do “Ocidente” na época da Guerra Fria, marcou várias gerações de intelectuais e de expoentes da classe ilustrada, entre os quais se situavam diplomatas e altos funcionários do Estado. Próximos dos intelectuais e acadêmicos progressistas, muitos diplomatas se identificavam com as teses “neutralistas” ou “não-alinhadas” defendidas pelos propugnadores de uma “política externa independente”, em voga no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Tratava-se de uma ruptura com os princípios “tradicionais” da diplomacia conservadora dos anos de entre-guerras e do início da Guerra Fria, quando o alinhamento da política brasileira com os interesses americanos era, no entender dos historiadores, proverbial. O governo Dutra teria sido o protótipo do alinhamento subserviente, embora outras interpretações minimizem a substância mesma da convergência entre as posições diplomáticas do Brasil e as dos EUA.⁴

³ José Honório Rodrigues, *Aspirações Nacionais: Interpretação Histórico-Política*. 4ª ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 17. O eminente historiador foi, em meados dos anos 1960, o editor da primeira revista brasileira de relações internacionais, a *Revista Brasileira de Política Internacional*, tendo colaborado, também, com a revista *Política Externa Independente*, da qual apenas três números foram publicados, respectivamente em maio e agosto de 1965 e em janeiro de 1966.

⁴ Cf. Paulo Roberto de Almeida, “A diplomacia do liberalismo brasileiro”, in José Augusto Guilhon de Albuquerque, Ricardo Seitenfus, Sergio Henrique Nabuco de Castro (orgs.), *Sessenta Anos de Política*

Essa época, marcada pelo maniqueísmo da era McCarthy nos EUA, produziu efeitos no Itamaraty, onde alguns diplomatas foram acusados de serem simpatizantes do Partido Comunista e do bloco socialista, tendo sido objeto de inquérito sumário e sancionados abusivamente, antes de serem absolvidos pela ação da Justiça. Em 1953, com base em denúncia de colega de carreira, Amaury Banhos Porto de Oliveira, Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira, Jatyr de Almeida Rodrigues e Antonio Houaiss foram submetidos a processo administrativo no Itamaraty, ao passo que outro diplomata, João Cabral de Mello Neto, foi objeto de inquérito a cargo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), como autor de crimes contra a segurança nacional.⁵ Eles foram afastados do Itamaraty, sem qualquer defesa, pelo presidente Getúlio Vargas, que os colocou em disponibilidade inativa, não remunerada, com base em sumária “exposição de motivos” do Conselho de Segurança Nacional. A condenação dos quatro primeiros foi anulada em 1954 pelo Supremo Tribunal Federal, por vício de forma e cerceamento da defesa, “menos [João] Cabral, que teve de obter mandato de segurança separado, após o arquivamento do inquérito policial”.⁶

O grande debate nacional, naquele momento, era o que dividia os supostos “entreguistas” – todos eles em princípio favoráveis ao ingresso do capital estrangeiro e à manutenção de boas relações com os EUA – e os “nacionalistas”, por oposição os reticentes à penetração do capital estrangeiro na economia brasileira e a uma maior interação com as políticas da principal potência hemisférica e mundial da época. Ocorria certa coincidência de personalidades e de opiniões, embora nunca absoluta, entre aqueles que, por ocasião do golpe militar de 1964, se manifestaram de maneira mais favorável à nova situação e propensos a uma postura conservadora em matéria de política externa ou economia, ao passo que os

Externa Brasileira (1930-1990), 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006; vol. 1: *Crescimento, Modernização e Política Externa*, p. 211-262.

⁵ O episódio teve início em 1952, com base em violação de correspondência pessoal por diplomata, que repassou o assunto ao jornalista Carlos Lacerda, o qual, por sua vez, denunciou a existência de uma célula comunista no Itamaraty, “Bolívar”, à qual estariam vinculados vários diplomatas, entre eles o ministro Orlando Leite Ribeiro: “Em inquérito presidido pelo embaixador Hildebrando Accioly, o Ministro Leite Ribeiro e os demais diplomatas foram inocentados da acusação pois se comprovou a inexistência da referida ‘célula’, fruto da maquinação de grupos anti-getulistas e do mesmo diplomata (...) que denunciou meu pai, Cotrim e outros colegas”; correspondência eletrônica do embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro (Rio de Janeiro, 31/12/2007).

⁶ Correspondência eletrônica do embaixador Amaury Banhos Porto de Oliveira (Campinas, 02/01/2008). Elementos da acusação de 1953 figuram no livro dedicado aos 80 anos de Antonio Houaiss, coordenado por Vasco Mariz: *Antonio Houaiss: uma vida: homenagem de amigos e admiradores em comemoração de seus 80 anos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; ver, em especial, considerações de natureza jurídica sobre o processo no artigo de Evandro Lins e Silva, “Punições por convicção política”, p. 60-73; reproduzido em *Comunicação & política*, Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, vol. VIII, n. 1, nova série, janeiro-abril 2001, p. 197-206.

“nacionalistas” e “desenvolvimentistas” veriam com grande desconfiança – quando não com hostilidade – o novo regime implantado em 1964. Alguns nacionalistas, entretanto, se reconciliaram rapidamente com o governo militar, sobretudo quando este começou a se orientar para o projeto do “Brasil grande potência” e se chocou, por isso mesmo, com as posições dos EUA em matéria de segurança, tecnologia e não-proliferação.

3. Política Externa Independente: uma vocação recorrente

Um dos testes práticos a separar, ainda no final dos anos 1950, os “nacionalistas” e os “alinhados” no âmbito do Itamaraty foi a formulação e a execução da chamada OPA, a Operação Pan-Americana, uma iniciativa do governo Juscelino Kubitschek que visava relançar e reforçar a cooperação hemisférica – através da ampliação da cooperação econômica dos EUA com a região – e que constituiria um dos fundamentos da futura Política Externa Independente (PEI).⁷ Ela suscitou um debate sobre o sentido da “solidariedade hemisférica” e o próprio pan-americanismo, uma vez que pretendia “forçar” os EUA a assumirem maiores responsabilidades com o desenvolvimento dos países latino-americanos, via injeção de capitais públicos e abertura comercial – numa nova tentativa de reeditar o Plano Marshall em versão regional –, em oposição ao desejo várias vezes manifestado pelos próprios EUA no sentido de fazer esses países se abrirem aos capitais privados e consentirem em reformar suas instituições segundo as orientações ditadas em Washington. Um dos mais conhecidos anticomunistas do Itamaraty, o embaixador Manoel Pio Corrêa, confirma, em seu livro de memórias, a profunda antipatia que manteve, enquanto chefe do Departamento Político do Itamaraty, em relação à OPA, para ele uma “iniciativa de antemão fracassada” proposta por um “amador” – o assessor presidencial Augusto Frederico Schmidt –, à qual ele opôs a “resistência passiva da força da inércia”, recusando-se a enviar instruções às embaixadas brasileiras para não “comprometer o prestígio do Itamaraty”.⁸

Outro teste dos anos da PEI foi, obviamente, a questão cubana – a manutenção de Cuba na OEA –, questão também ligada à afirmação da autonomia política da diplomacia

⁷ Sobre a PEI, caberia consultar a exposição sintética que sobre ela fez um de seus formuladores, Afonso Arinos de Melo Franco, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 2 de agosto de 1962, transcrita no livro a ele dedicado por seu filho: Afonso Arinos, Filho, *Diplomacia Independente: um legado de Afonso Arinos*, São Paulo, Paz e Terra, 2001, p. 356-359. Na caracterização de um dos seus protagonistas, a diplomacia brasileira, no conturbado governo de João Goulart, quando a PEI exibiu o seu pleno desenvolvimento, “era uma política externa certa, num governo errado”; cf. Mario Gibson Barboza, *Na Diplomacia, o traço todo da vida*, 3^a. ed., revista e ampliada; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007, p. 105.

⁸ Cf. M. Pio Corrêa, *O Mundo em que Vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995, vol. 2, p. 605.

brasileira em relação às diretrizes e pressões do governo dos EUA exercidas sobre os países latino-americanos. Em reunião de consulta dos chanceleres americanos, realizada em Punta Del Este, em 1962, tendo os EUA patrocinado moção de expulsão de Cuba da OEA, por motivo de manter a ilha do Caribe um “regime não-democrático”, a delegação do Brasil, chefiada pelo chanceler San Tiago Dantas, observou postura estritamente legalista, argumentando que a Carta da organização não autorizava a expulsão de nenhum país pelo fato de seu governo não ser democrático, aduzindo que seria melhor, politicamente, manter o país na OEA, como forma de “coaçoão”.⁹

Finalmente, havia o caso das colônias portuguesas, objeto de atenção regular dos trabalhos da IV Comissão (Tutela e Territórios Não-Autônomos) da Assembléia Geral da ONU, numa época em que a forte presença de lobbies pró-Portugal, na imprensa e no *establishment* do Rio de Janeiro, bem como o clima de Guerra Fria impunham à diplomacia brasileira o incômodo apoio à postura colonialista da ex-métropole. A posição do Brasil da PEI se inclinou, então, para a abstenção, mas a delegação de Portugal em Nova York, nos debates da 18^a. AGNU, em 1963, procurou distorcer essa posição como sendo em abono às teses portuguesas, o que suscitou forte desmentido por parte do representante brasileiro, o mesmo Antonio Houaiss. Não por acaso, ele estaria entre as primeiras “vítimas” do regime de 1964.¹⁰

4. O realinhamento de 1964 a 1967: um interregno incômodo

Antonio Houaiss, então ministro de segunda classe, só não foi a primeira vítima do realinhamento ideológico ocorrido logo após o golpe de 1964 porque um embaixador antecipou-se voluntariamente, com uma mensagem inusitada enviada ao novo chanceler,

⁹ Cf. Gibson Barboza, *Na Diplomacia, o traço todo da vida*, op. cit., p. 105. Na ocasião, Gibson era assessor direto de San Tiago Dantas. Tecnicamente, Cuba não foi expulsa da OEA, mas apenas o seu “governo”, tendo a votação sido decidida pela reversão da posição da delegação do Haiti, devidamente pressionada pelos EUA. Em reunião anterior de consultas, em agosto de 1960, na Costa Rica, o embaixador do Brasil em Cuba, Vasco Leitão da Cunha, tinha se esforçado para evitar a aprovação de uma moção de censura a Cuba, afinal obtida graças ao empenho do então chefe do Departamento Político do Itamaraty, Pio Corrêa; este relata que, “por uma dessas ironias da história, tocaria ao próprio Vasco... proceder à ruptura de relações diplomáticas do Brasil com Cuba, em 1964, como Ministro do Exterior”; cf. *O Mundo que Vivi*, op. cit., p. 708.

¹⁰ Dentro do Itamaraty, havia simpatias pelos dois lados em disputa: os jovens secretários se posicionavam em favor de uma linha mais neutralista ou não-alinhada, naturalmente “reformista”, portanto; os mais antigos eram em favor dos “conspiradores”, preocupados com a anarquia reinante no governo Jango. O último chanceler do governo foi um embaixador de carreira. Como escreveu Vasco Leitão, primeiro chanceler do regime militar, “Araújo Castro teve o bom senso de não deixar o Itamaraty comparecer ao comício da Central e com isso salvou [sic] muito funcionário”; cf. Vasco Leitão da Cunha, *Diplomacia em Alto-mar: depoimento ao Cpdoc*, 2^a. ed.; Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 266.

Vasco Leitão da Cunha. Integrante da delegação brasileira à primeira conferência da Unctad, em Genebra, o embaixador Jayme de Azevedo Rodrigues, assim que soube da designação de Vasco Leitão da Cunha para a chefia da Casa, enviou, de imediato, um telegrama particular nitidamente fora dos padrões da linguagem diplomática. Foi afastado logo em seguida, sem mesmo ter sido ouvido pela Comissão Geral de Investigação instalada em abril de 1964.¹¹

Designado pelo general Costa e Silva para a chefia do Itamaraty e confirmado pelo presidente Castelo Branco quando de sua posse, em 11 de abril, Leitão da Cunha mostrou-se firme no sentido de impedir que a CGI, presidida por um general do Exército, trabalhasse no próprio Itamaraty, estabelecendo ele mesmo uma comissão interna, coordenada pelo diretor do Instituto Rio Branco. A comissão, nos meses seguintes, ouviu dezenas de “suspeitos”, a maior parte jovens diplomatas, “absolvendo” praticamente todos eles após as perguntas de praxe. Foram apenas quatro os aposentados compulsoriamente nesse início do “processo revolucionário”: o já referido embaixador Rodrigues, Houaiss, o cônsul Jatyr de Almeida Rodrigues, talvez “punido no lugar do Evandro Lins e Silva, de quem fora Chefe do Gabinete, na passagem deste pelo Itamaraty”,¹² e o embaixador em Roma Hugo Gouthier, este por suas ligações com Jango e JK.¹³ Mais adiante, o ambiente se distendeu, não tendo sido mais preciso empreender procedimentos inquisitoriais para testar a adesão “revolucionária” dos membros da Casa, inclusive porque o Itamaraty voltou à normalidade de seu funcionamento,

¹¹ Os termos da mensagem de Azevedo Rodrigues teriam sido estes: “Não posso acreditar que Você vá servir a um Governo de gorilas”, ao que o novo chanceler, sentindo-se insultado, retrucou, pedindo-lhe que oficializasse o telegrama particular. Rodrigues então pediu que ele mesmo incluísse o telegrama na série oficial, com uma única ressalva: “Substitua no texto apenas o tratamento de Você pelo de Vossa Excelência”. Cf. Flávio de Oliveira Castro, *Caleidoscópio: cenas da vida de um diplomata*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 45. Flávio Castro, então primeiro secretário servindo na Presidência, parece ter sido, aliás, o único diplomata a ter estado no comício da Central do Brasil; cf. p. 263.

¹² Correspondência eletrônica dos embaixadores Amaury Banhos Porto de Oliveira (Campinas, 2/01/2008) e Guilherme Luiz Leite Ribeiro (Rio de Janeiro, 22/10/2007).

¹³ Cf. Vasco Leitão, *Diplomacia em Alto-mar*, op. cit., p. 275 e 308-309. Vasco Leitão da Cunha esforçou-se para que alguns diplomatas não fossem incluídos na lista de cassações, assim como os ex-chanceleres Afonso Arinos e San Tiago Dantas. O próprio Gibson Barboza chegou a acreditar que figurava “numa lista de diplomatas a serem cassados, quando ‘a revolução finalmente entrasse no Itamaraty’, por ter sido assessor direto de Afonso Arinos e de San Tiago Dantas e haver participado da elaboração da chamada política externa independente, considerada antiamericana e de esquerda”; cf. *Na Diplomacia*, op. cit., p. 144. O caso de maior repercussão pública foi, obviamente, o de Antonio Houaiss, escritor e intelectual reconhecido por suas posições de esquerda. Diversas contribuições ao livro coordenado por Vasco Mariz, *Antonio Houaiss: uma vida*, op. cit., tratam de sua atuação na ONU e da posição anticolonialista, assumindo os riscos de uma interpretação bem mais contrária a Portugal do que provavelmente lhe permitiam as instruções originais da delegação brasileira; ver, em especial, a contribuição de Marcos Azambuja, “Antonio Houaiss nas Nações Unidas”, p. 42-59; e do próprio Vasco Mariz, “Um processo administrativo-ideológico”, p. 244-251. O inquérito de 1964, que o afastou do Itamaraty, bem como sua própria defesa, “inútil” como ele antecipava, figuram no livro de Antonio Houaiss, *A Defesa*, Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

exercendo em toda plenitude a diplomacia profissional que o distinguia em face de outros serviços exteriores.

Na verdade, o impacto mais importante sobre a Casa, à exceção desses poucos exemplos de “cassações”, foi a própria reorientação da política externa, expressa de forma clara no discurso que o presidente, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, efetuou na formatura da turma do Instituto Rio Branco, em julho de 1964. Preparado quase inteiramente dentro do Itamaraty, com alguns acréscimos por parte do marechal, o pronunciamento sinalizou, segundo o consenso dos historiadores, um retrocesso à diplomacia ideológica alinhada com os EUA anterior à PEI.¹⁴

Nesse discurso figuram alguns dos conceitos que caracterizariam a política externa alinhada da primeira fase do regime militar: “na presente conjuntura de confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os respectivos centros de poder, a preservação da independência pressupõe a aceitação de certo grau de interdependência, seja no campo militar ou no político. Consideramos nosso dever optar por uma íntima colaboração com o sistema ocidental, em cuja preservação repousa a própria sobrevivência de nossas condições de vida e dignidade humana.”

A nova diplomacia passou a estar baseada na teoria dos “círculos concêntricos” que vinculariam o Brasil, prioritária e sucessivamente, à América Latina, ao hemisfério americano e ao mundo ocidental, devendo ainda levar em conta os “laços afetivos” com Portugal.¹⁵ Um dos primeiros atos do novo governo foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, um mês após, aproximadamente, que a Venezuela, apoiada na “doutrina Betancourt”, formulada no encerramento de um dos governos ditatoriais naquele país, também rompia relações diplomáticas com o Brasil. Outros episódios envolveram a prisão, no Brasil, de representantes comerciais da República Popular da China, sob acusação de “subversão”.¹⁶

¹⁴ Para uma análise global da diplomacia da era militar, ver Paulo Fagundes Vizentini, *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. Para um relato factual bastante completo da diplomacia da era militar, ver Fernando de Mello Barreto: *Os Sucessores do Barão, 2: relações exteriores do Brasil, 1964-1985*, São Paulo: Paz e Terra, 2006. Segundo Gonçalves e Myiamoto, a execução do programa de ação dos militares para a transformação do Brasil “supunha a promoção de uma guinada radical na política externa”; cf. Gonçalves, William da Silva e Shiguenoli Myiamoto, “Os militares na política externa, 1964-1984”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 6, 12, 1993, p. 211-246.

¹⁵ A formulação dos “círculos concêntricos” partiu do chanceler Vasco Leitão da Cunha; cf. *Diplomacia em Alto-mar*, op. cit., p. 271; ver, também, Barreto: *Os Sucessores do Barão, 2*, p. 36-37.

¹⁶ Num episódio que tinha tudo para converter-se em grande equívoco político e diplomático, um grupo de chineses, no Brasil para a instalação de um escritório comercial, acompanhado de jornalistas da agência oficial Nova China, foi preso e condenado, em dezembro de 1964, a 10 anos de prisão, sob

Em análise *a posteriori*, Gibson Barbosa, artífice da diplomacia sob a presidência Médici, criticou em suas memórias a “dicotomia maniqueísta da guerra fria”, que proclamava a “necessidade de alinhamento do Brasil (obviamente com os Estados Unidos)”, “cuja expressão máxima foi a participação militar do Brasil na intervenção na República Dominicana” (1965).¹⁷ O segundo chanceler de Castelo Branco foi o ex-militar Juracy Magalhães, que teve como secretário-geral o embaixador Manoel Pio Corrêa, dotado de uma visão propriamente policial da segurança política no ministério. Já quando chefe do Departamento Político no Itamaraty, ele tinha recrutado para auxiliá-lo um delegado de polícia, Rui Dourado, que posteriormente o acompanhou na Embaixada em Montevideu (1965).¹⁸ No Uruguai ele obteve do governo a internação do ex-governador Leonel Brizola, então exilado, num balneário vigiado pela polícia daquele país.¹⁹ Convidado para a Secretaria-Geral do Itamaraty, que ele comandou de janeiro de 1966 a março de 1967, ele implantou as bases de um serviço de informações – independente da Divisão de Segurança e Informações, comum a todos os ministérios a partir dessa época – que permitiria vigiar diplomatas e

a acusação de espionagem e práticas subversivas, mas foi solto em abril de 1965. Ver nota 10 de Vasco Leitão da Cunha, *Diplomacia em Alto-mar*, op. cit., p. 308, que cita o artigo de Letícia Pinheiro, “Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, (12), jul./dez. 1993.

¹⁷ Cf. Barbosa, *Na Diplomacia*, op. cit., p. 226-227; Vizentini, op. cit., p. 33. O ex-chanceler Afonso Arinos, já de retorno ao Senado – e ameaçado, aparentemente, de ser também incluído no rol dos cassados –, condenou severamente a participação do Brasil nessa operação montada pelos EUA; ver a seção “República Dominicana” no livro-depoimento de Afonso Arinos, Filho, *Diplomacia Independente*, op. cit., p. 480-86.

¹⁸ Pio Corrêa conta com orgulho ter herdado de sua antecessora no Departamento Político um arquivo contendo fichas de “indivíduos, nacionais e estrangeiros, envolvidos em atividades subversivas contra os interesses do Brasil, e de organizações ditas ‘de fachada’, entidades encobrendo sob rótulos inocentes atividades inconvenientes”; cf. Pio Corrêa, *O Mundo que vivi*, 2º vol., op. cit., p. 581. Esse mesmo fichário, que ele diz ter consideravelmente aumentado ao final do governo Kubitschek, foi colocado sob a guarda de um oficial que fazia a ligação do então Serviço de Informação e Contra-Informação (SFICI) com o Itamaraty e serviu-lhe, quando exerceu o cargo de Secretário-Geral, em 1966, para criar o embrião do serviço de informação política e de segurança do Itamaraty, na colaboração com os demais órgãos de Estado encarregados de combater as “atividades subversivas”; ver, a esse respeito, a série de reportagens elaborada pelo jornalista Claudio Dantas Sequeira, do *Correio Braziliense*, sobre a colaboração do Itamaraty com o regime militar na área de informações e especialmente a matéria “O pai do serviço secreto do Itamaraty”, publicada em 23/07/2007: “Em conversa com a reportagem por telefone, Pio Corrêa admitiu ter sido o autor intelectual e material do Centro de Informações do Exterior (Ciex)”; cf. p. 2. Como informa Elio Gaspari, desde abril de 1964 o SFICI era chefiado pelo então coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, transformado depois em Agência Central do SNI; cf. Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 160.

¹⁹ Cf. Pio Corrêa, *O Mundo que vivi*, 2º vol., op. cit., p. 892.

exilados políticos utilizando-se de canais próprios de comunicação e de informação ao SNI nos quase vinte anos seguintes do regime militar.²⁰

A preocupação preponderante com a segurança e a prioridade dada às relações com os EUA da primeira diplomacia militar seriam superadas desde o início do segundo governo militar, o de Arthur da Costa e Silva, que teve como chanceler o político mineiro José de Magalhães Pinto (e secretário-geral o embaixador Sérgio Corrêa da Costa). A nova política externa começou uma nova ênfase econômica, atribuída à questão do desenvolvimento, que ficou conhecida como “diplomacia da prosperidade”. Ela também buscou uma redefinição das relações com a grande potência hemisférica, já então perturbadas por conflitos comerciais e por perspectivas distintas quanto ao uso da energia nuclear. Mesmo tendo patrocinado, nesse mesmo ano de 1967, o tratado de Tlatelolco, relativo à desnuclearização militar da América Latina, o Brasil entendia consagrar o uso pacífico da energia nuclear, opondo-se frontalmente, portanto, ao TNP, o tratado de não-proliferação nuclear, “oferecido” ao mundo, pouco depois, por três das cinco potências nucleares reconhecidas, os EUA, a URSS e o Reino Unido.

O governo Costa e Silva representou uma recuperação parcial, na direção da PEI, dos fundamentos da política externa nacional, retomando diversos temas da agenda econômica, mas sem tocar em questões de reforma social ou política e diminuindo a ênfase anterior numa política de equidistância entre o Leste e o Oeste, privilegiando desta vez as relações Norte-Sul. A grande fonte de tensão no mundo passava a ser, não o embate ideológico entre os EUA e a URSS, mas o subdesenvolvimento, daí que os problemas de segurança teriam de ceder prioridade aos esforços em prol do desenvolvimento. Nesse período, o Brasil rechaçou tanto a constituição de uma Força Interamericana de Paz – que poderia servir de instrumento de intervenção dos EUA na região – como a criação de um pacto de defesa do Atlântico Sul, que poderia, hipoteticamente, reuni-lo a Portugal colonialista e à África do Sul racista.

²⁰ Pio Corrêa não hesitou em classificar seu discurso de posse como Secretário-Geral como uma “declaração de guerra”: uma guerra à “política exterior tortuosa, escusa e indecorosa praticada pelo Brasil sob os Governos Jânio Quadros e João Goulart, e cujos vestígios não estavam ainda de todo apagados: uma fração, ou melhor facção, entre os funcionários da Casa continuava a professar as idéias do ‘não-alinhamento’, de uma política exterior, em suma, neutralista e disfarçadamente esquerdizante.” Ele também confessou, candidamente, que não gostava de diplomatas pederastas, vagabundos ou bêbados. Num de seus primeiros gestos, convocou o primeiro secretário Vinicius de Moraes ao seu gabinete e, constatando que o poeta se apresentava há mais de um ano, como cantor, numa boate do Rio de Janeiro, induziu-o a pedir licença sem vencimentos do serviço ativo; cf. *O Mundo que vivi*, op. cit., p. 900-901. Vinicius de Moraes seria um dos primeiros aposentados compulsoriamente após o AI-5, no início de 1969. Foi também Pio Corrêa quem decidiu, nessa época, fazer carimbar todos os passaportes brasileiros com grandes letras vermelhas: “NÃO É VÁLIDO PARA CUBA”; *idem*, p. 931.

Na base da reorientação política alcançada pelo Itamaraty a partir de então, e mantida de forma relativamente homogênea pelo resto do período militar – independentemente de ênfases ocasionais em certos temas –, estava o tipo de relacionamento entre os diplomatas e os soldados, feito de grande respeito profissional por cada corporação e tecido na convivência obtida pelo sistema de adidâncias militares nos grandes postos da diplomacia. Essa convivência respeitosa, feita de comportamentos, visões do mundo e etos relativamente similares, construídos no serviço do Estado e alimentados por um mesmo sentido do dever público, explica que, após Costa e Silva, vitimado por um acidente vascular em agosto de 1969, três diplomatas de carreira tenham servido sucessivamente aos três presidentes militares seguintes, numa configuração até então inédita para os padrões da administração brasileira, tanto da República como do Império.

5. Revolução na revolução: o Itamaraty na tormenta

A interface internacional – na qual se insere o Itamaraty – do endurecimento político e repressivo do regime militar brasileiro pós-1968 deve ser analisada e interpretada no contexto da época, caracterizado pelo ativismo dos movimentos de esquerda na grande onda de manifestações antiimperialistas e anticapitalistas desses anos e pela radicalização dos movimentos socialistas de oposição aos regimes militares da América Latina. Os golpes militares ocorridos na região, em especial no Brasil e na Argentina, devem ser compreendidos não apenas como um acirramento da Guerra fria, no quadro do chamado enfrentamento bipolar entre os EUA e a URSS, ou como uma reação dos setores conservadores à possibilidade de novas aventuras revolucionárias ao estilo cubano, mas, também, como o resultado de crises políticas profundas, respondendo a dinâmicas próprias a cada sociedade.²¹

No caso do Brasil, a colaboração política dos EUA – eventualmente militar, caso fosse necessário – com os grupos de oposição ao governo Jango era justificada como uma ação preventiva não, simplesmente a uma nova Cuba, mas, sim, a uma nova China, dada a importância do Brasil no contexto sul-americano. Em face da reação considerada moderada dos comunistas pró-soviéticos (“Partidão”) a esses golpes, os grupos de inspiração fidelista ou guevarista, quando não maoísta, começaram os preparativos para operações de guerrilha, de

²¹ Para uma análise abrangente das causas estruturais e das condicionalidades conjunturais que cercaram o recrudescimento autoritário na América Latina, ver os diversos ensaios reunidos na obra de David Collier (ed.), *The New Authoritarianism in Latin America*, Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1979, em especial as contribuições de Albert O. Hirschman, “The Turn to Authoritarianism in Latin America and the Search for its Economic Determinants”, p. 61-98; e de Jose Serra: “Three Mistaken Theses Regarding the Connection between Industrialization and Authoritarian Regimes”, p. 99-164.

base urbana e rural. A promessa de *Ché* Guevara, oficializada na conferência de Havana que criou a Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, da África e da América Latina (OSPAAAL), em 1966, era a de “criar dois, três, muitos Vietnãs”, para derrotar o imperialismo americano e apressar a vitória do socialismo. De retorno de Havana, o dissidente comunista Carlos Marighella anunciava a passagem da resistência anti-ditatorial à fase da luta armada, recolhendo a adesão de vários grupos radicalizados.²²

Os estudantes e toda a intelectualidade progressista – em grande parte marxista – apoiavam, obviamente, as manifestações contrárias à guerra do Vietnã, que pouco adiante seria objeto de um “juízo político” de âmbito mundial, por iniciativa do filósofo pacifista britânico Bertrand Russell. Entre os simpatizantes discretos encontravam-se, presumivelmente, muitos jovens diplomatas, que também se sentiam incomodados por “servir a um governo de gorilas”, supostamente subserviente e alinhado ao governo dos EUA. À época já era evidente, pelo menos para os *insiders*, um “discreto retorno à política externa independente” do período pré-1964, registrando-se a “retomada das tendências nacionalistas pelo governo Costa e Silva”, bem evidenciadas pela recusa em assinar o TNP, ademais do surgimento de outras divergências políticas e de conflitos comerciais com os EUA, envolvendo, sobretudo, têxteis, café solúvel e, mais adiante, calçados, em virtude das políticas comercial e industrial brasileiras, caracterizadas pelo protecionismo alfandegário e pela prática de subvenções às exportações de manufaturados.²³

A radicalização política no Brasil, inevitavelmente correlacionada à série de iniciativas em curso nos demais países da região e em outros continentes – inclusive na própria Europa –, toma um novo curso quando os grupos armados passam à ação, atacando o QG do II Exército em São Paulo, em junho de 1968, e assassinando, em outubro seguinte, o capitão americano Charles Chandler, supostamente em missão de “cooperação técnica” em táticas de inteligência e combate a movimentos insurrecionais junto aos militares brasileiros depois de sua passagem pelo Vietnã, mas que era, na verdade, um estudante de pós-graduação na FAAP-SP.²⁴ O AI-5 foi a resposta do “sistema militar” à irrupção espetacular no cenário político dos grupos armados de esquerda.

²² No mesmo contexto foi também criada, em Havana, a OLAS, Organização Latino-Americana de Solidariedade, encarregada de coordenar a ação de entidades de apoio aos movimentos de esquerda.

²³ As caracterizações são do historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização – II: Rivalidade Emergente*, 2ª. ed. revista e ampliada, São Paulo, Senac, 1999, p. 97-109.

²⁴ As alegações de que o americano fosse um “agente da CIA” e de que “torturara vietcongues” nunca foram substanciadas em documentos liberados desde então; cf. Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*, op. cit., p. 326.

O Itamaraty seria envolvido na tormenta sobretudo pela sua interface externa de informações, uma vez que, dentro da instituição, pouco havia a fazer depois do “enquadramento” posterior a 1964 e do controle “paternal” exercido pelos barões da Casa sobre “jovens diplomatas afoitos” (que, de resto, se mantiveram discretos, uma vez que a borduna do “sistema” era, agora, bem mais pesada). O afastamento do diplomata *doublé* de poeta-cantor Vinicius de Moraes, a poucas semanas do AI-5, teve menos a ver com a “repressão a idéias subversivas” e bem mais com a discrição e a correção cultivadas e necessárias em uma instituição que preza hierarquia e disciplina, tanto quanto os militares. Tratou-se, provavelmente, de uma punição mais por excesso de boemia, do que por carência de diplomacia: o poeta da bossa nova estivera na comissão de frente da “passeata dos cem mil”, em junho de 1968, no Rio de Janeiro, e, confessadamente, passava mais tempo nos bares cariocas da moda do que nas salas de trabalho do Itamaraty.²⁵

O Itamaraty não precisava ter, necessariamente, função ativa no esquema de “defesa da Revolução”, mas deveria fazer o enlace com os demais órgãos de segurança e de informações que eram criados ou reorganizados pelos militares a partir da irrupção dos desafios vindos da resistência armada. Quando da criação do SNI, em 1964, todos os ministérios receberam um complemento no organograma, sob a forma de uma DSI, Divisão de Segurança e de Informações, que deveria zelar pelos “valores” da “Revolução”: a luta contra a corrupção, a identificação dos elementos comunistas “infiltrados”, a informação sobre os muitos “tentáculos” do Movimento Comunista Internacional (MCI, na linguagem do SNI). As DSIs dos ministérios eram geralmente chefiadas por coronéis do Exército, mas o Itamaraty nunca permitiu que um de seus órgãos fosse comandado por alguém estranho à Casa,²⁶ ainda que alguns diplomatas engajados nesse tipo de colaboração pudessem prestar

²⁵ Vinicius de Moraes foi posteriormente anistiado, promovido a ministro de primeira classe *post mortem* (promoção concedida com base no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 e por analogia a colegas que ingressaram na carreira diplomática na mesma época e alcançaram essa posição), tendo a Justiça concedido indenização a três filhas do poeta-cantor, por danos morais “em razão de perseguição política”; cf. “Justiça manda União indenizar filhas de Vinicius de Moraes”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 10/10/2007.

²⁶ Segundo o depoimento de um diplomata que vivenciou a época, “minha percepção é a de que o fato de haveremos contado com colegas de alto nível em postos estratégicos da SERE, que tinham conhecimento perfeito das dificuldades da situação e das limitações com que tínhamos de lidar (além das figuras de proa da Casa de então, lembro o Chefe da DSI na ocasião, Conselheiro, depois Ministro, Adolpho Correa de Sá e Benevides, que exerceu o difícil cargo com grandes habilidade e decência pessoal) em muito contribuíram para que os efeitos negativos sobre o Itamaraty fossem reduzidos a um mínimo”; correspondência eletrônica do embaixador Marcio Dias (Rio de Janeiro, 13/12/2007). O embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro acredita ser “importante salientar que o Itamaraty foi o único ministério em que a DSI nunca foi chefiada por militares. Somente diplomatas ocuparam essa função”; correspondência eletrônica (Rio de Janeiro, 31/12/2007).

auxílio, algumas vezes de forma voluntária, por convicção ou puro oportunismo carreirista.²⁷ O trabalho das DSIs, contudo, era excessivamente burocrático, geralmente voltado para a confecção de fichas de informação sobre pessoas que se relacionavam ou que entravam a serviço do Estado, os famosos LDBs, ou levantamento de dados biográficos.²⁸

Para o trabalho mais importante, de levantamento e seguimento das ações dos exilados que do exterior “tramavam” contra a Revolução, era preciso um serviço mais sofisticado e dotado de canais diretos de comunicação com os órgãos de segurança. O Itamaraty se organizou para responder ele mesmo por seus “serviços especiais”: em 1966, na gestão de Pio Corrêa na Secretaria-Geral, foi criado o Centro de Informações do Exterior (Ciex). Depois da criação do CIE, Centro de Informação do Exército, em maio de 1967, todas as forças se reestruturaram para entrar nas atividades de segurança interna e de informações, inclusive o Itamaraty, dando início a um fluxo regular de dados que circulava em canais próprios, com códigos e séries documentais totalmente compartimentados dos serviços normais de comunicação e de arquivos.²⁹

Foram todos diplomatas, portanto, os encarregados das informações “sensíveis” a serem repassadas aos órgãos de informação do regime, sem que houvesse, a rigor, o seu envolvimento direto nas operações conduzidas a partir dessas informações coletadas por diplomatas e adidos militares, algumas delas desenvolvidas no exterior, por policiais e militares, com a colaboração ativa de ditaduras complacentes.³⁰ Em alguns casos, pode ter havido convivência de diplomatas – talvez até de chefes de posto, que, no mais das vezes, ignoravam o que se passava em sua “jurisdição” – com ilegalidades cometidas em operações

²⁷ O SNI desenvolveu contatos externos com serviços similares, civis ou militares, e alguns embaixadores brasileiros chegaram a escrever diretamente aos militares para “facilitar” esses contatos internacionais; cf. Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*, op. cit., p. 167.

²⁸ Gaspari, *idem*, p. 169.

²⁹ O Ciex do Itamaraty era oficialmente designado como Assessoria de Documentação de Política Exterior (Adoc), sendo depois renomeado para Secretaria de Documentação de Política Exterior (Sedoc); os diplomatas a ela se referiam, desdenhosamente, como “Dedoc”. Segundo o embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro, “os chefes da Adoc exageraram na dose”; ele reconhece, entretanto, que alguns “homossexuais foram punidos; é bom lembrar que, na época, os homossexuais não eram aceitos pela sociedade como hoje em dia e a maioria não expunha as suas tendências, razão pela qual, segundo o pensamento da época, seriam presas fáceis dos serviços de segurança de países comunistas”; correspondência eletrônica (Rio de Janeiro, 31/12/2007).

³⁰ Para uma breve síntese da cooperação policial e militar entre as ditaduras do Cone Sul, ver o livro do jornalista Hélio Contreiras, *AI-5: a opressão no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 2005, em especial os capítulos “Cone Sul: a perseguição implacável à esquerda” e “Terror de Estado”, p. 190-200.

especiais, como a detecção e “neutralização” de algum exilado envolvido com grupos de guerrilha no Brasil, mas as evidências a esse respeito não são conclusivas.³¹

Como resultado de extensa pesquisa nos papéis do Ciex-Itamaraty, o jornalista Claudio Dantas Sequeira afirmou que “[a] cúpula do Itamaraty se ajustou perfeitamente aos interesses do governo militar, e o Ciex contribuiu de maneira decisiva para a localização e detenção de muitos asilados”.³² O serviço, especialmente ativo nas embaixadas em Buenos Aires, Montevideu, Santiago e Lisboa (depois da chamada Revolução dos Cravos, em 1974, quando lá esteve servindo como embaixador o general Carlos Alberto da Fontoura, ex-chefe do SNI de 1969 a 1974³³), continuou em funcionamento até a redemocratização no Brasil, quando ele então foi discretamente desativado.³⁴ Os arquivos do Ciex foram salvos da destruição na redemocratização, o que permitiu levantar parcialmente o véu que encobria a colaboração de diplomatas, na verdade do Itamaraty, enquanto instituição, como parte do “trabalho sujo” da ditadura militar. No sentido oposto, isto é, o esforço de cooperação das autoridades repressivas brasileiras com seus colegas dos demais países do Cone Sul, em especial com a Argentina, pode ter dispensado a participação dos “serviços especializados” do

³¹ O jornalista Jarbas Silva Marques afirma, por exemplo, que Antonio Francisco Azeredo da Silveira, quando embaixador na Argentina, “ganhou o Ministério das Relações Exteriores”, de Geisel (escolhido presidente pelo “sistema”), graças à sua participação no seqüestro em Buenos Aires do ex-militar, coronel do Exército, e militante de um dos movimentos revolucionários envolvidos com a guerrilha, Jefferson Cardim Alencar Osório, a quem Geisel odiava por antigas desavenças; ver “Os Segredos do Porão: entrevista com Jarbas Marques”, jornal *Opção Cultural*, Goiânia, ano 2, n. 111, 27/10 a 2/11/1996, p. C-4. Segundo reportagem do jornalista Claudio Dantas Sequeira, “A prisão de Jefferson Cardim Alencar Osório no final de 1970 rendeu ao serviço secreto do Itamaraty uma longa lista de contatos do subversivo em lugares como Alemanha Ocidental, Paris, Guiana, Montevideu, Santiago do Chile, Havana e até no Pará.”; cf. “O plano do Itamaraty de busca externa”, *Correio Braziliense*, 24/07/2007.

³² Cf. Claudio Dantas Sequeira, “O serviço secreto do Itamaraty”, *Correio Braziliense*, 22/07/2007, p. A-2. Segundo uma outra seção da mesma matéria, “Em uma pesquisa detalhada nos 8 mil informes que compõem o arquivo secreto do Ciex, o *Correio* encontrou milhares de registros de fatos que antecederam ou precederam a morte ou o desaparecimento de 64 asilados brasileiros.”; cf. “As vítimas do CIEIX”, *idem*. O jornalista do *Correio Braziliense* Claudio Dantas Sequeira foi contemplado, no final de 2007, com o Prêmio Esso de jornalismo pelo conjunto de matérias sobre o “serviço secreto” do Itamaraty. O acesso por não assinantes do jornal à série de reportagens, publicadas entre 22 e 26 de julho de 2007, pode ser feito por meio deste link: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=85>.

³³ Em benefício da precisão histórica, caberia registrar que o general Fontoura foi designado antes que ocorresse o movimento do 25 de abril de 1974, havendo, então, certo constrangimento, da parte brasileira, no momento de sua assunção, após lhe ter sido concedido o *agrément*, na medida em poderia ocorrer certo desconforto com as novas autoridades portuguesas.

³⁴ Na matéria “Espões na pele de diplomatas”, o jornalista Dantas Sequeira fornece o nome de alguns diplomatas mais ativos nesse serviço; cf. *Correio Braziliense*, 23/07/2007, p. A-3.

Itamaraty, embora alguma informação sobre essas “viagens a serviço” possam ter chegado ao conhecimento dos chefes de posto nesses países.³⁵

6. Segurança e desenvolvimento: colaboração, ainda que relutante

O desafio político colocado pelo AI-5 para o Itamaraty foi duplo: de um lado, monitorar, com recursos e meios próprios, os fluxos de informações requisitadas pelos serviços de segurança do Estado, no controle dos “subversivos” no exterior, especificamente os exilados e clandestinos que atuavam em apoio ou até no planejamento de ações de luta violenta contra a ditadura militar, supondo-se, obviamente, que a instituição já tivesse o controle dos seus próprios “subversivos” ou elementos “desviantes”; de outro, preservar o espaço e o próprio mandato da política externa, como exercício profissional da diplomacia, dotada de técnicas e estilo adequados à sua missão constitucional, sendo que este último desafio também era, por sua vez, duplo: garantir o funcionamento independente da instituição – ou seja, sem “interventores” externos de qualquer espécie – e assegurar que as tarefas de formulação de conceitos, de elaboração de alternativas de ação diplomática e sua implementação prática, ou seja, o processo decisório em política externa, fossem plenamente controlados a partir da própria Casa, ciosa de sua autonomia e capacidade.

No caso da primeira “missão”, a solução, como vimos, foi designar diplomatas para efetuar o serviço de “escrutínio”, mas isolar esse “produto” dos canais utilizados pela Secretaria de Estado para os demais fluxos, “normais”, dos expedientes diplomáticos, como aliás requerido pela própria natureza do trabalho de “espionagem”.³⁶ Não foi uma solução

³⁵ No volume editado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos figura uma relação de argentinos, muitos dos quais da organização Montoneros, desaparecidos em território brasileiro – geralmente seqüestrados por policiais daquele país, com a conivência de seus colegas brasileiros –, provavelmente em número inferior aos casos efetivamente ocorridos; cf. Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República-CEMDP, *Direito à Verdade e à Memória*, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, ver “Argentinos desaparecidos no Brasil”, p. 438-442. Como escreveu o jornalista Hélio Contreiras, “A cooperação entre agentes da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, na década de 1970, criaria um sistema de opressão que representava o terror do Estado”; cf. AI-5, op. cit., p. 195. O caso mais notório foi o dos militantes uruguaios do Partido por la Vitoria del Pueblo, Lilian Celiberti e Universindo Díaz, presos e torturados em Porto Alegre pela ativa colaboração dos serviços dos dois países; como confirma o mesmo jornalista, “os brasileiros tinham licença implícita para penetrar no território uruguaio, e vice-versa”; *idem*, p. 191 e 195-6.

³⁶ Como argumenta o jornalista Dantas Sequeira, “As atividades do Ciex podem ter passado despercebidas para a maior parte do funcionalismo público e a toda uma sociedade, mas não para a cúpula do Itamaraty. É de se esperar que o ministro de Estado e o secretário-geral soubessem o que se passava no 4º andar do Anexo I do ministério. Enquanto respondia a determinações do SNI, o serviço secreto diplomático também seguia as diretrizes da política externa — era como servir a dois amos ao mesmo tempo.”; cf. Sequeira, “Espões na pele de diplomatas”, *idem*, loc. cit.

fácil porque envolveu alguma dose de “promiscuidade” com ações certamente condenáveis no plano dos direitos humanos, da ética ou, até, da estrita legalidade jurídica, no Brasil ou no exterior: as ações policiais envolvendo a cooperação entre os serviços de repressão geralmente implicaram em desrespeito explícito à soberania formal dos Estados envolvidos, mas aqui valia mais a “solidariedade” entre as ditaduras, como evidenciado no caso da “Operação Condor”.³⁷ Estima-se que os funcionários do Itamaraty designados para essas funções a pedido do ministro – obviamente com o “clearing” e a concordância do sistema de informações e segurança do regime – tenham desempenhado os encargos com certa dose de repugnância pela natureza da “missão”, embora possa ter havido os que trabalharam sem constrangimentos, seja por identidade ideológica com o governo, seja por oportunismo funcional. Em ambos os casos, eles passaram a ser discriminados pelos colegas ou foram depois, em alguma medida, “ostracizados” pela instituição.

Na outra vertente, isto é, o impacto do novo clima político interno, feito de exacerbação do ímpeto repressivo do regime e seu transbordamento para o plano internacional – sob impulsão de militares que o jornalista Elio Gaspari chamou de “tigrada” –, tampouco foi de administração fácil pelo Itamaraty, pois implicava em delicado equilíbrio entre as obrigações internacionais do Brasil e os requisitos de segurança tal como concebidos pela ala mais dura do regime militar. O primeiro caso se colocou logo em seguida à incapacitação física do presidente Costa e Silva e sua substituição por uma junta militar. Como relata Gaspari, quando do seqüestro do embaixador Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, militares, entre eles o comandante do I Exército, chegaram a defender a invasão do “aparelho” dos seqüestradores, mesmo sob risco de morte do embaixador, alguns sugerindo inclusive o “justiçamento” – isto é, a eliminação física – de 15 prisioneiros da ditadura militar, o mesmo

³⁷ A chamada “Operação Condor” foi um esforço de coordenação entre os serviços de inteligência das ditaduras sul-americanas no Cone Sul, entre meados dos anos 1970 e 80 para perseguir seus opositores, eventualmente redundando em sua eliminação física. O SNI do Brasil, que já tinha começado desde muito cedo a montar sua rede externa de informações sobre (e de atuação contra) os exilados mais ativos, foi um participante relutante desse tipo de iniciativa, pois julgava os métodos – geralmente impulsionados pela Dina do Chile – mais espalhafatosos do que eficientes. Os papéis relativos a essas operações oficiais, coletados pelos serviços de informação dos EUA, vêm sendo liberados por meio de recurso ao *Freedom of Information Act* pelo National Security Archive, uma organização acadêmica independente funcionando no âmbito da George Washington University, em Washington; ver: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/> (acesso em 27/12/2007). Segundo dados do Movimento Justiça e Direitos Humanos, coordenado por Jair Krischke (Porto Alegre), “dos 386 brasileiros mortos ou desaparecidos durante a ditadura militar, pelo menos 23 foram assassinados na Argentina e no Chile... Só na Argentina, 11 brasileiros foram presos, torturados e mortos pelo regime argentino nos anos 70”. Segundo Krischke, “Embora tenha sido criada por Pinochet em 1975, a Operação Condor já funcionava no Brasil desde 1973, em forte intercâmbio com militares argentinos, chilenos, uruguaios, paraguaios e bolivianos...”; cf. Germano Oliveira, “Acordo entre militares matou brasileiros na AL”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 28/12/2007, p. 29.

número de prisioneiros cuja libertação fora solicitada pelos guerrilheiros para a liberação do embaixador americano. O governo dos EUA e o Itamaraty envidaram esforços para que fossem atendidas as demandas dos seqüestradores.³⁸

Em 1970, um mês depois do seqüestro do cônsul japonês, Nobuo Okuchi, em São Paulo (março), logo após o seqüestro e assassinato do embaixador alemão na Guatemala (abril) e dois meses antes de novo seqüestro no Brasil, o do embaixador alemão, Ehrenfried Ludwig von Holleben, não apenas militares, mas também diplomatas, argumentaram a favor de retaliação contra os “terroristas”. O ex-chanceler Vasco Leitão, já aposentado, defendeu “medidas de guerra” e “represália em termos idênticos”, aplicando-se “a mesma sanção” aos seqüestradores, o que poderia implicar em “fuzilar os presos”.³⁹ O novo chanceler, Mario Gibson Barboza, teve de convencer os comandantes militares de que o respeito à vida dos diplomatas estrangeiros era uma obrigação internacional do Brasil, como estipulado, aliás, na Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas, de abril de 1961.⁴⁰ A mesma situação se colocou quando do seqüestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bücher, em dezembro de 1970, finalmente libertado nas mesmas condições de banimento de prisioneiros depois de quarenta dias de difíceis negociações.

Outra frente de trabalho do Itamaraty, certamente pouco gloriosa aos olhos de muitos diplomatas (posto que obrigados a mentir), foi representada pela atitude defensiva, de controle de danos, em face da campanha feita no exterior contra as torturas infligidas no Brasil aos assim considerados “inimigos” do regime.⁴¹ Exilados havia desde o começo do regime militar, alguns deles famosos como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, ademais do próprio ex-presidente João Goulart, que no entanto não se engajou em qualquer ofensiva de propaganda contra a ditadura, mas simplesmente buscou manter articulações políticas com outros possíveis líderes de uma “frente ampla” pelo retorno da democracia.

A “campanha de difamação do Brasil no exterior”, como caracterizada pelos defensores do “sistema”, começou quando o regime entrou na segunda onda repressiva, em

³⁸ Cf. Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 94.

³⁹ Entrevista com o embaixador Vasco Leitão da Cunha pelo editor-assistente de *Veja*, Elio Gaspari; cf. “O Governo na iniciativa”, *Veja*, 15 de abril de 1970, p. 32; in *A Ditadura Escancarada*, p. 94, nota 20.

⁴⁰ Cf. Barboza, *Na Diplomacia...*, op. cit., p. 230-235.

⁴¹ Como registrado em texto do embaixador Marcio Dias, “a personalidade e a autoridade moral do [chanceler Mario Gibson Barbosa] foram diretamente responsáveis pela manutenção da dignidade do Itamaraty naquele terrível período. Devemos a [ele], como a alguns dos outros colegas que bem dirigiram a Casa após 1964, o fato do Itamaraty haver sido preservado tanto quanto possível da violência do regime”; cf. “Carta aberta ao chanceler Celso Amorim”, *Jornal do Brasil*, 16/12/2007, p. A11. No mesmo sentido foi o depoimento do embaixador Rubens Ricupero prestado ao autor (São Paulo, 28/12/2007).

resposta à ofensiva dos movimentos armados, cuja única consequência visível foi, justamente, a de tornar sistemática a prática da tortura nos quartéis e, com ela, o ato de produzir um fluxo contínuo de exilados, refugiados e “emigrantes políticos”, tanto voluntários como involuntários, para o exterior. Nada havia a ser feito em relação a Cuba, muito ativa no apoio aos grupos armados, uma vez que as relações estavam rompidas desde os primeiros dias do regime militar, e muito pouco a fazer em relação à Argélia, onde estava Miguel Arraes e cujo governo se proclamava socialista. O foco principal passou a ser os países da Europa ocidental, onde vários perseguidos políticos e exilados tinham procurado refúgio, e os EUA, onde a comunidade brasilianista, manifestamente a mais numerosa dentre os estudiosos estrangeiros do Brasil, passou a se mobilizar para protestar contra o tratamento infligido aos colegas brasileiros.

As manifestações via imprensa e por meio de petições de organizações civis começaram logo após a “edição” do AI-5: dentre as mais ativas estavam as entidades católicas progressistas e instituições como a *Amnesty International* e a Comissão Internacional de Juristas, dirigida pelo jurista irlandês Sean McBride, que atuavam para divulgar e condenar a prática de torturas pelo regime brasileiro. Registra Elio Gaspari que os principais jornais do mundo, *New York Times*, *Le Monde*, *Times*, além da revista *L'Express*, publicaram matérias que embaraçavam as autoridades brasileiras; o correspondente do *Le Monde* no Brasil chegou a ser preso por um dia, em fevereiro de 1970.⁴² Foram criados centros de informação no exterior. Nos EUA, o professor Ralph Della Cava, estudioso da religiosidade popular no Brasil, ajudou a montar o *American Committee for Information on Brazil* e logo depois, com apoio de acadêmicos da Universidade de Berkeley, na Califórnia, nascia o *Brazilian Information Bulletin*. Duas semanas depois da morte de Marighella, (4/11/1969), era organizado em Paris o *Front Brésilien d'Informations*, com a colaboração do ex-governador Miguel Arraes, sua irmã Violeta Gervaiseau e outras personalidades. No Chile, antes mesmo da vitória de Salvador Allende, também surgiu a *Frente Brasileña de Informaciones* e outros núcleos surgiram na Holanda, Canadá, Suíça e Itália. Como relata o jornalista, “operava no Itamaraty um grupo de jovens funcionários e diplomatas que coletavam denúncias e as remetiam a Londres e Berna [sic] dentro da mala diplomática... Lá, o secretário de embaixada Miguel Darcy de Oliveira e sua mulher Rosiska repassavam-nas a organizações defensoras dos direitos humanos e a militantes esquerdistas ilustres”.⁴³

⁴² Ver o capítulo “O Brasil difamado”, em *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 271-292.

⁴³ *Idem*, p. 273. O segundo secretário Miguel Darcy de Oliveira e sua esposa Rosiska, oficial de chancelaria, serviam, na verdade, na Delegação Permanente do Brasil em Genebra. Ambos foram

Depois que um editorial do *Washington Post* (28/02/1970) censurou, em termos severos, a “Oppression in Brazil”, o chanceler Gibson, preocupado com as consequências sobre a opinião pública americana, convocou o ex-seqüestrado, embaixador Elbrick, para tentar exercer, via Departamento de Estado, algum tipo de influência junto à imprensa dos EUA, sugerindo que, à falta de ação apropriada por parte do governo americano, “o efeito sobre nossas relações será incalculável”.⁴⁴ O embaixador Mozart Gurgel Valente, representante brasileiro em Washington, escreveu ao *Washington Post* para dizer que o tratamento dado aos presos políticos brasileiros era “correto”, “mesmo quando eles são culpados de crimes e atos terroristas”. Em memorando de 5 de março de 1970, dirigido ao embaixador Elbrick, Robert Dean, encarregado do “Brazil desk” no Departamento de Estado, resumia suas impressões: “O Itamaraty está numa situação difícil porque Gibson não ousa dizer a Médici que os ataques da imprensa mundial contra o Brasil continuarão, até que o governo demonstre que não apóia nem pratica generalizadamente a tortura. [...] Gibson e Valente estão sob pressão para demonstrar seu zelo na proteção da honra do presidente e do governo controlado pelos militares”.⁴⁵ Pouco depois, em carta publicada no *New York Times* (8/03/1970), os brasilianistas Charles Wagley, Richard Morse, Thomas Skidmore e Stanley Stein afirmavam: “Duvidamos que em qualquer época da história do Brasil tenha havido tanta desumanidade sistemática e generalizada no tratamento de dissidentes políticos.”⁴⁶

Na França, em março de 1970, saiu, traduzido por Conrad Detrez, o jornalista que o entrevistou pouco antes de sua morte em São Paulo, o livro de Marighella, *Pour la Libération du Brésil*, com documentos, a entrevista e o seu “Manual do Guerrilheiro Urbano”. O ministro da justiça francês, Raymond Marcelin, tentou interditar o livro a pedido do governo brasileiro, mas 21 editoras se solidarizaram com a Editora Seuil, republicando o livro sob seu patrocínio. Gestos como esse deixavam os militares irritados e davam trabalho aos diplomatas, que tentavam minimizar ou desqualificar o trabalho da imprensa e a mobilização das entidades de direitos civis (em grande parte dominadas pela esquerda européia). Numa iniciativa bem mais importante, o governo, através do Itamaraty, também atuou para evitar que o arcebispo do Recife, Dom Helder Câmara, recebesse o Prêmio Nobel da Paz em 1970. Por meio da Embaixada em Oslo e contando com a ajuda de um industrial norueguês com investimentos

exonerados em maio de 1970, por força do AI-5, e reintegrados, em 1986, ao serviço público federal, tendo o então conselheiro trabalhado na presidência da República, na gestão Fernando Henrique Cardoso.

⁴⁴ *Idem*, p. 280, citando telegrama de Elbrick ao Department of State, de 4 de março de 1970, transcrito na reportagem “Segredos do Terror”, revista *IstoÉ*, 19 de agosto de 1987.

⁴⁵ *Idem*, p. 281.

⁴⁶ *Idem*, p. 282.

no Brasil, foi distribuída à imprensa uma foto de D. Helder falando aos integralistas nos anos 1930.⁴⁷ O Itamaraty tinha estabelecido, com fundos fornecidos por empresas estatais, como o IBC e o IAA, um esquema para defender o Brasil daquilo que o chanceler Gibson, em uma palestra na Escola de Estado-Maior do Exército (18/07/1970), chamara de uma “campanha internacional de calúnias”.

A “campanha de calúnias” adquiriu, porém, maior intensidade, à medida que notícias sobre as torturas se disseminavam nos mais diversos canais de comunicação. Em 1972, grupos europeus, como a Associação Internacional de Juristas e a *Commission Internationale Justice et Paix*, já tinham decidido submeter o Brasil a uma nova sessão do Tribunal Internacional Bertrand Russell, que tinha “julgado” e condenado os crimes de guerra dos EUA no Vietnã em 1967. Na seqüência, porém, do violento golpe de Estado do general Augusto Pinochet contra o governo de Salvador Allende, em 1973, o Tribunal Russell II, como ficou conhecido, dirigiu seu foco para o conjunto da América Latina, tendo mantido três encontros – em Roma (1974), Bruxelas (1975) e novamente em Roma (1976) –, tratando basicamente das ditaduras do Brasil e do Chile. Depois do golpe militar nesse país, as várias dezenas de exilados brasileiros se espalharam por diversos países, em especial na Europa ocidental, voltando novamente a se reagrupar em Portugal, quando, a partir da “Revolução dos cravos”, em abril de 1974, esse país converte-se no último laboratório de experimentos políticos esquerdizantes antes do final da Guerra fria. O Itamaraty e os militares reforçam seus esquemas de vigilância e controle em Portugal, desta vez sem contar com a conivência ou a complacência do governo local, como tinha sido o caso na maior parte dos países da América Latina, com exceção do Chile de Allende, cujo governo os *establishments* militares e de segurança dos EUA e do Brasil se mobilizaram para ajudar em sua derrubada.

A tentativa, justamente, de procurar “ajustar” os demais governos da América do Sul ao espírito e à letra da luta contra o comunismo segundo velhos manuais da Guerra Fria constituiu, provavelmente, o projeto “internacionalista” mais ambicioso dos militares brasileiros do período do AI-5, aquele que mais problemas causou ao Itamaraty, enquanto instituição, na sua busca de confirmar a orientação estritamente profissional e cooperativa da diplomacia regional brasileira. Não que alguns diplomatas profissionais não estivessem de acordo com a vocação dos militares mais extremados, no sentido de “extirpar” o comunismo do continente: logo depois do golpe do general Onganía, na Argentina, em 1966, por exemplo, o Secretário-Geral Pio Corrêa surpreendeu interlocutores do Departamento de

⁴⁷ Como relata Gaspari, a ação foi bem sucedida: o Prêmio Nobel desse ano foi atribuído ao cientista Norman Borlaug, criador do milho híbrido; cf. Gaspari, *idem*, p. 295.

Estado com a “proposta” de que, “resolvido” o caso do país platino, eles deveriam então ocupar-se do Chile reformista – onde o Partido Comunista, como no Uruguai, atuava na legalidade –, cujo presidente, Eduardo Frei, nada mais representaria senão um “Kerensky”, à espera de um *putsch* bolchevista no país andino.

Eram poucos, porém, os que pensavam como ele na Casa de Rio Branco: a maioria preferia ater-se aos cânones da diplomacia tradicional, recusando terminantemente aderir à “tese” da “liderança brasileira” no continente, conscientes de tal tipo de argumento destruiria qualquer perspectiva de bom relacionamento na região, ao despertar velhas reações antiimperialistas contra o “expansionismo luso-brasileiro” na América do Sul. Mesmo entre os militares, nem todos aderiam ao ufanismo do “Brasil grande potência” ou à megalomania da suposta hegemonia sul-americana, como parece ter sugerido o presidente Nixon ao receber Médici em visita aos EUA, em 1971, cuja frase sobre a preeminência brasileira no continente – *We know that as Brazil goes, so will go the rest of Latin American continent* –, representou uma verdadeira catástrofe para os diplomatas sensatos. O general Geisel, por exemplo, ainda presidente da Petrobrás nessa mesma época, censurava a “mania de dizer que o Brasil é potência.”⁴⁸

Os efeitos do AI-5 sobre a mente de militares radicais – o sentimento de onipotência trazido por essa arma política, combinado ao forte crescimento desse período – pode ter induzido alguns deles a pretender desenvolver uma “diplomacia blindada”, em todo caso intervencionista, no âmbito regional, combatendo governos progressistas, ou suspeitos de simpatias esquerdistas, e ajudando a colocar no lugar regimes mais conformes ao *Zeitgeist* anticomunista. O historiador Moniz Bandeira afirma que o governo Médici desenvolveu uma “diplomacia militar paralela” que colaborou “para o êxito e a consolidação dos golpes de Estado na Bolívia (1971), Uruguai (1971-73) e Chile (1973)” e que essas “intervenções, mais ou menos encobertas, não ocorreram por influência dos Estados Unidos, embora, naquelas circunstâncias, os interesses dos dois países coincidissem, e sim como desdobramento, ao nível internacional, da política de segurança e também de expansão do nacionalismo autoritário”.⁴⁹ De fato, os militares da chamada linha dura, anticomunista, não escondiam seu incômodo em face da liberdade dos partidos de esquerda em países vizinhos, levando-os, provavelmente, a desenhar planos, senão de invasão, pelo menos de colaboração com as “forças amigas” que desejassem colocar um fim aos desvarios “esquerdistas” ou

⁴⁸ Cf. Elio Gaspari, *A Ditadura Derrotada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 346, com base no *Diário de Heitor Ferreira*, de 28 de janeiro de 1972.

⁴⁹ Cf. Moniz Bandeira, *Rivalidade Emergente*, op. cit, p. 114.

excessivamente “tolerantes” de certos governos. Quando, em julho de 1970, os Tupamaros uruguaios seqüestraram o policial americano Dan Mitrone e o cônsul brasileiro Aloysio Dias Gomide – aquele assassinado, este libertado depois de seis meses de negociações, mediante o pagamento de um resgate –, o adido aeronáutico brasileiro no Uruguai estava contrabandeando explosivos para que policiais pudessem explodir sedes do Partido Comunista Uruguaio.⁵⁰

O apoio às ditaduras de direita, militares ou não, e o combate aos governos esquerdistas – como o da Bolívia, do general golpista Juan José Torres, ou o legalmente eleito do socialista Salvador Allende, no Chile – eram as duas faces dessa “diplomacia militar” que constrangia os diplomatas profissionais, mas contra a qual eles não ousavam, ou não podiam, protestar pelos canais disponíveis. Generais passaram a ocupar embaixadas nesse período, geralmente na própria região, mas também em Portugal (logo após o movimento do 25 de abril) e em países em guerra, como o Iraque. Não era apenas o anticomunismo a mola propulsora dessas nomeações de “generais embaixadores”; havia interesse, igualmente, na venda de equipamento militar e na observação direta de cenários com algum valor estratégico.⁵¹ O Itamaraty sempre esteve envolvido, não apenas por razões de promoção comercial, na exportação de equipamentos de uso militar, cujos fabricantes figuravam entre os principais financiadores ociosos dos diversos órgãos militares e civis empenhados na luta contra as “atividades subversivas”.

No plano geopolítico regional, militares e diplomatas brasileiros estiveram efetivamente envolvidos nos golpes militares ocorridos nessa época na Bolívia, no Uruguai e no Chile. Gaspari relata que o SNI colaborou no pouso, em Santa Cruz de la Sierra, de um avião com armas para os conspiradores do general Hugo Banzer, descrito como “o xodó da diplomacia militar brasileira”. O presidente Torres, nacionalista de esquerda, teria “expulsado” do país o general de reserva Hugo Bethlem, ex-embaixador em La Paz, por envolvimento com os golpistas de direita, tendo este acusado Torres de “planejar uma ditadura socialista na Bolívia”.⁵² “Em agosto de 1971 Torres desembarcou como exilado em

⁵⁰ Cf. Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, p. 298-99, com base no livro-depoimento de Dickson Melges Graef, *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*, Petrópolis: Vozes, 1985, p. 19.

⁵¹ A Embaixada do Brasil no Paraguai, por exemplo, durante algum tempo, só conheceu embaixadores militares: o general Fernando Belford Bethlem, que substituiu o ministro do Exército Sylvio Frota, demitido por Geisel em 12/10/1977, foi designado por Figueiredo para representar o Brasil em Assunção em outubro de 1979, tendo sido substituído em 1984 pelo general Mario de Melo Matos, que ficou até 1986; cf. Alzira Alves Abreu et alii (coords.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*, 2^a. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2001, vol. I, p. 650 e vol. IV, p. 3640.

⁵² Cf. Gaspari, *A Ditadura Derrotada*, op. cit., p. 346-347. Hugo Bethlem tinha dito que era “preciso transformar, por determinado tempo, nações como a Bolívia em uma espécie de protetorado” (*Jornal*

Buenos Aires [onde seria assassinado mais tarde], e Hugo Banzer entrou no palácio em La Paz.”⁵³

No caso do Uruguai, pairava uma ameaça de invasão brasileira, caso a esquerda ganhasse as eleições de 1971, vencidas, talvez mediante fraude, por Juan Maria Bordaberry, tornado figura decorativa em 1973 quando o Exército fecha o Congresso e suspende as liberdades públicas. O caso mais dramático foi, obviamente, o golpe de Pinochet de 11 de setembro de 1973, saudado pelo embaixador brasileiro, Antonio da Câmara Canto, com um “Ganhamos!”, na tarde desse mesmo dia, antes mesmo da plena vitória do movimento armado contra o governo legal.⁵⁴ O Ciex da Embaixada em Santiago foi, possivelmente, um dos mais ativos de toda a história desse “serviço especial”, juntamente com o da Embaixada em Lisboa, na seqüência dos episódios “soviéticos” ocorridos em Portugal, logo após a revolução de 1974. Em ambos, a natureza do trabalho não se distinguia dos demais postos de observação, com apenas maior intensidade: registro das idas e vindas dos exilados, reuniões dos movimentos organizados lutando contra a ditadura, fontes de financiamento, identificação de codinomes e interceptação de comunicações, com maior ou menor envolvimento das adidâncias, segundo os casos específicos.

Não é presumível que diplomatas tenham participado de atividades de caráter “militar”, como contrabando de armas ou planos para contragolpes ou invasões: apenas a abertura integral dos arquivos poderá revelar a extensão da “colaboração” prestada pelo Itamaraty na luta contra os “inimigos do sistema”, ou contra o “comunismo”, em geral. Muitos diplomatas, na verdade, ofereciam resistência passiva às instruções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) quanto ao tratamento a ser dispensado aos exilados e seus familiares, geralmente no caso de renovação de documentos ou concessão de passaporte.

55

do Brasil, 21/06/1971); declarações reproduzidas in Júlio José Chiavenatto, *Bolívia: com a pólvora na boca*, São Paulo: Brasiliense, 1981; apud: http://resistir.info/brasil/subimperialismo_ago07.html. Hugo Bethlem era primo mais velho do general Fernando Bethlem. Ele tinha sido adido militar, depois embaixador do Brasil em La Paz, de abril de 1952 a abril de 1954, quando da primeira revolução boliviana, sendo removido em seguida para a embaixada no Paquistão; cf. Abreu et alii (coords.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op. cit., vol. I, p. 650.

⁵³ Gaspari, *A Ditadura Derrotada*, p. 347.

⁵⁴ *Idem*, p. 355. Câmara Canto tinha presidido uma comissão de investigação no Itamaraty, logo após o AI-5, tendo atuado, porém, com certa complacência, como parecia hábito entre colegas.

⁵⁵ Em 1975, por exemplo, o conselheiro Marcio Dias, Encarregado de Negócios em Alger, protagonizou uma retaliação mesquinha em face de sua atitude de conceder passaporte a um dos filhos do ex-governador Miguel Arraes; questionado pela SERE sobre a razão de seu gesto, ele respondeu irritado que “ignorava que as cassações de direitos políticos tivessem efeito hereditário”, o que deve ter incomodado Brasília: “pouco tempo depois chegou uma Circular Postal que submetia a consulta

Quando Geisel tomou posse, em março de 1974, a América do Sul “estava praticamente loteada entre generais”.⁵⁶ Esses aspectos embaraçosos da diplomacia regional do Brasil, durante a fase mais dura do regime militar e da vigência do AI-5, não impediram que o Itamaraty, sob o comando do chanceler Gibson Barboza, conduzisse da maneira mais profissional possível, dentro dos limites e constrangimentos esperados, as relações exteriores do país, então às voltas com o grave conflito bilateral com a Argentina em torno do aproveitamento dos recursos hídricos do Paraná. O decreto de extensão do mar territorial para 200 milhas – anunciado em 30/03/1970, em clima de euforia nacionalista – e a confirmação da recusa do TNP, como iníquo e discriminatório, colocam o Brasil em conflito com os EUA, agravado ainda o contencioso devido a salvaguardas unilaterais aplicadas por esse país contra produtos manufaturados brasileiros. Apesar do forte *lobby* português, o Brasil iniciou a revisão de sua política de apoio ao colonialismo lusitano na África, tendo Gibson feito um memorável périplo por diversos países da África, dando início à expansão da rede diplomática – e dos interesses comerciais – naquele continente.

De fato, Gibson confirma, em suas memórias, que Médici lhe deu total autonomia e autoridade para conduzir a política externa da maneira que julgasse a mais apropriada.⁵⁷ Na verdade, Médici, seja por temperamento, seja por ter de encarar obrigações bem mais urgentes na frente doméstica – a começar pela luta contra a guerrilha urbana e rural – se ocupou muito pouco de política externa, que ficou assim praticamente sob responsabilidade exclusiva do Itamaraty para a maior parte da agenda oficial. Paradoxalmente, por uma dessas ironias do destino, talvez o Itamaraty nunca tenha sido tão “livre”, como quando sob o período mais negro da ditadura...

Essa situação não mais se repetiria com Geisel, profundamente interessado nos assuntos internacionais do Brasil e um formulador envolvido em detalhes na execução da sua diplomacia, certamente coincidente com as idéias de seu chanceler, Azeredo da Silveira, cujas linhas básicas ele mesmo tinha traçado, após ler ou ouvir os diplomatas profissionais. A rigor, Gibson já tinha estabelecido as bases do que seriam as duas grandes inovações da diplomacia de Geisel, a saber, o reconhecimento da China comunista e a revisão da política “portuguesa” do Itamaraty. As duas questões figuravam na primeira fila de problemas não resolvidos nas gestões passadas, mas ambas representavam tabus herdados da visão maniqueísta do mundo da Guerra Fria: a China Popular, supostamente exportadora de revoluções camponesas, e as

prévia à SERE a realização de qualquer ato consular em benefício de familiares de cassados...”; correspondência do embaixador Marcio Dias ao autor (Rio de Janeiro: 13/12/2007, por via eletrônica).

⁵⁶ Gaspari, *A Ditadura Derrotada*, p. 338.

⁵⁷ Cf. Barboza, *Na Diplomacia...*, p. 182-190.

colônias portuguesas seriam, justamente, possíveis focos de “comunização” do Brasil e do Ocidente, aos olhos dos militares.

No primeiro tópico, Gibson tinha tido o cuidado de mandar um assessor de confiança servir no consulado do Brasil em Hong-Kong: como “China watcher”, Geraldo Holanda Cavalcanti foi, na verdade, um embaixador oficioso para as relações com Beijing.⁵⁸ No segundo tópico, a despeito de não ter sido possível alterar radicalmente a política em relação a Portugal antes do 25 de Abril (1974), mudou certamente o comportamento do chancelaria brasileira – e, portanto, do governo – em relação aos “laços afetivos” que a impediam, até aquele momento, de denunciar o colonialismo lusitano na África e de aprofundar os laços de todo tipo com os novos países criados pela descolonização. Tal foi feito por meio de inédita visita a nove países africanos em 1972, pelo cancelamento da venda de equipamento militar a Portugal e de manobras navais conjuntas, com a forte oposição de outros ministros – a começar pelo *czar* da economia, Delfim Neto – e com desencontros com o então presidente da Petrobras, Ernesto Geisel, que pretendia o envolvimento da companhia na exploração do petróleo da região angolana de Cabinda.

Quando Geisel assumiu, vários dos elementos preparatórios para a mudança de posição que se seguiu já tinham sido feitos, em certa medida, por Gibson e sua equipe, cabendo a Silveira implementá-la. Geisel tinha idéias próprias em matéria de política externa, mas ouviu e cumpriu uma agenda diplomática que lhe tinha sido sugerida por Silveira e seus assessores, com a qual ele concordava integralmente.⁵⁹ A mudança de postura em relação a Portugal foi, na verdade, imposta pela própria conjuntura portuguesa e “colonial”, com a derrocada, em abril de 1974, do que restava do regime salazarista, o abandono precipitado das colônias, a guerra civil em Angola e a necessidade de um rápido posicionamento do Brasil em face da declaração de independência dos três novos Estados africanos. Ambos os temas, aliás, estavam no centro das preocupações da “linha dura” e figuraram como possíveis justificativas para o quase golpe – ou a resistência a qualquer abertura, identificada a um “desvio” dos

⁵⁸ Imediatamente após sua posse, e a despeito de um decreto removendo-o para Paris, Gibson pediu a Geraldo Holanda Cavalcanti, em outubro de 1969, que fosse ser “China watcher” em Hong-Kong, designando-o Cônsul Geral na então colônia britânica, o que ele foi durante três anos, acompanhando atentamente a marcha da “revolução cultural” e convencendo-se de que o Brasil deveria mudar o reconhecimento de Taiwan para a RPC; palestra de Geraldo Holanda Cavalcanti no Instituto Rio Branco, 10/12/2007; registro do autor.

⁵⁹ Correspondência eletrônica do embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti ao autor, 12/12/2007. Lembra, contudo, o embaixador Sebastião do Rego Barros que seria simplismo considerar que o que foi feito “pela dupla Geisel-Silveira já estava delineado totalmente pelo Gibson”; segundo ele, Gibson jamais chegaria às “posições radicais e ousadas” que representaram, por exemplo, o “rompimento do acordo militar com os EUA e a decisão de ter o ciclo completo do combustível nuclear”; correspondência eletrônica ao autor (Rio de Janeiro, 01/01/2008).

objetivos da “Revolução” – que o ministro do Exército, general Sylvio Frota, foi tentativamente induzido a empreender contra Geisel em 12 de outubro de 1977. Já como Chefe do Estado-Maior do Exército, Frota tinha julgado “prematura e desaconselhável a adoção da medida proposta pelo MRE”.⁶⁰ Ele também se opunha, por razões claramente políticas, ao reconhecimento prematuro dos governos saídos da descolonização portuguesa, tendo registrado no seu livro de memórias o “açodamento brasileiro em reconhecer a independência de Angola”.⁶¹

Paralelamente ao reconhecimento da independência de Angola, prontamente feito pelo governo brasileiro em favor do MPLA, com Luanda ainda em guerra entre os três movimentos que lutavam pela autonomia, a chancelaria brasileira tomou uma das medidas mais polêmicas de todo o governo Geisel na frente externa, consubstanciada no chamado “voto sionista”, ou seja, o apoio à resolução da Assembléia Geral da ONU (10/11/1975) que declarava o sionismo “uma forma de racismo e de discriminação racial”. A decisão, provavelmente, refletia menos uma análise técnica do problema feita pelo Itamaraty e bem mais a grave conjuntura da época, de dependência absoluta de petróleo importado – majoritariamente do Oriente Médio – e, possivelmente, das inclinações pessoais do próprio Geisel, que tinha antipatia pelo Estado judeu.⁶²

7. Pós-história: os efeitos de longo prazo

Os dez anos da vigência plena do AI-5 tiveram impactos variados na sociedade, nas diversas agências do Estado brasileiro e, portanto, no Itamaraty também, com efeitos mais ou

⁶⁰ Ver Sylvio Frota, *Ideais Traídos*, Rio de Janeiro: Zahar, 2006; cf. Anexo A: Parecer do Chefe do Estado-Maior do Exército sobre as relações diplomáticas com a República Popular da China, p. 104-107.

⁶¹ *Idem*, p. 189. Em outra vertente, ele também criticava a política de *low profile* que o governo Geisel teria adotado com Cuba, que tinha mandado soldados a Angola. Em relação à denúncia do Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA, Frota considerava “o ministro das relações exteriores [um] homem avesso aos americanos do norte, (...) sempre mais disposto a agravar ressentimentos do que a atenuá-los” (p. 340). Segundo os coordenadores do seu livro de memórias, “na visão de Frota, o próprio presidente da República, Ernesto Geisel, era de esquerda, embora procurasse disfarçar essa preferência”; cf. “A versão de Frota”, p. 11-17, por Maria Celina D’Araujo e Celso Castro, in *idem*, p. 15.

⁶² Entrevistado vinte anos mais tarde, o ex-presidente não hesitou em reconhecer: “Francamente, eu era muito a favor dos árabes. Eu achava que o judeu era um intruso”. Cf. Gaspari, *A Ditadura Derrotada*, p. 345, com base em entrevista com Geisel de março de 1995. A admissão de Geisel foi, em todo caso, mais sincera do que a justificativa antropologicamente equivocada apresentada na ocasião pelo chanceler Azeredo da Silveira, para quem o voto “espelhou um sentimento muito uniforme do povo brasileiro, no sentido de que no Brasil existe uma só raça. Não poderíamos nunca votar a favor do racismo”; declarações recolhidas pelo *Jornal do Brasil* (31/10/1977, p. 10), transcritas em Sylvio Frota, *Ideais Traídos*, p. 196.

menos delongados, segundo os casos, em função da interface de seus dispositivos substantivos com a natureza da atividade desempenhada pela instituição institucionalmente encarregada das relações exteriores do país. O AI-5 foi feito para evitar os constrangimentos da democracia, que se traduzem em dissenso, debate aberto, por vezes conflituoso, enfim, dificuldades para reformar o Estado ou a própria sociedade. Ele deveria servir para diminuir a resistência do corpo político e da opinião pública à introdução de medidas que o novo grupo no poder julgava indispensáveis para a correção dos problemas diagnosticados ainda na fase anterior a 1964 e que deveriam permitir a “decolagem” do Brasil rumo a um novo patamar de desenvolvimento econômico, tecnológico e material. O decreto-lei 200 – de reforma administrativa –, a Constituição de 1967 e sua reforma ulterior, contemporânea do AI-5, aliás, deveriam acelerar essas reformas, permitir o ritmo adequado de mudanças institucionais e facilitar o processo decisório nas áreas pertinentes. O AI-5 tinha, ademais, a vantagem de ser, aos olhos do grupo no poder, uma espécie de “bomba atômica” institucional, tornando automáticas e imediatas suas decisões e, melhor ainda, tinha a faculdade de colocar os responsáveis a salvo de qualquer questionamento político ou jurídico por parte dos atingidos pelas medidas. O presidente Geisel, por exemplo, dizia não poder dispensar o AI-5 na tarefa de governar o país.

Para o Itamaraty, seus efeitos propriamente decisórios foram mínimos, a não ser pelo lado “psicológico”, como uma espécie de “espada de Dâmocles”, a provar que nem mesmo um órgão tão cioso de sua autonomia e profissionalismo como o Itamaraty deveria sentir-se imune ao escrutínio do “sistema”. O essencial da tarefa de controle do pensamento “dissidente” era feito no plano interno, em bases regulares, inserido nos métodos de trabalho profissionais, desenvolvidos ao longo de décadas de aperfeiçoamento institucional e burocrático, com um intenso processo de treinamento e de socialização dos jovens diplomatas, formalizado, a partir de 1945, no Instituto Rio Branco, cuja figura inspiradora pertence à categoria de “mito fundador”. O slogan preferido do Itamaraty é o de, pretensamente, saber renovar-se na continuidade, o que de fato é assegurado pela importância dos arquivos e pelo peso da memória nos rituais de trabalho, bem como pela estrutura hierárquica e disciplinada, que mantém o poder nas mãos dos “barões” da Casa.

Nesse sentido, qualquer ruptura, ou “dissidência”, em relação aos padrões normalmente aceitos é imediatamente corrigida pelos procedimentos usuais, de filtragem e adoção da “melhor solução possível”, depois de estudos “técnicos” efetuados na própria Casa e eventual consulta a outras agências do Estado. Na época da Guerra Fria, o Itamaraty já tinha enquadrado seus “desviantes”, assim como o fez logo em seguida à “revolução de 1964”, com

um tratamento leniente aplicado pelas chefias em relação aos possíveis esquerdistas, tendo em vista a natureza corporativa da instituição e o seu estilo de “clube restrito”. Assim, quando da “edição” do AI-5, pouco havia a fazer em termos de repressão a novos “desviantes”, a não ser casos específicos, mais determinados, possivelmente, por “querelas” internas do que atendendo a demandas do “sistema”. Os militares respeitavam o Itamaraty e lhe garantiram, mesmo a contragosto, total autonomia, inclusive operacional, na maior parte do período, mesmo se alguns representantes da linha dura consideravam que a Casa era um “reduto de esquerdistas”.⁶³

De certo modo, a cultura da Casa dificulta o aparecimento de blocos compartimentados ou alinhados com as “ideologias” que perpassam a sociedade, daí não se poder nela identificar grupos de “colaboracionistas” ou de “resistentes” vis-à-vis o “sistema”, sendo mais recomendável traçar-se um retrato em tons de cinza, ou de sépia, do que um cenário em preto e branco. Muitos aspectos, por certo, permanecem obscuros ao observador externo, e por vezes mesmo ao interno, em função da estrutura altamente burocratizada, mas igualmente estamental, que caracteriza o Itamaraty. Assim, grandes segredos e pequenas mentiras apenas poderão ser aferidos quando se lograr a abertura dos arquivos, questão sempre difícil no Itamaraty, que acredita lidar com temas mais sensíveis do que aqueles tratados pelos demais órgãos governamentais, inclusive no plano puramente pessoal.

Os efeitos do AI-5 sobre a própria política externa foram algo irrelevantes, quando se considera que vários dos tópicos mais sensíveis – China comunista, colonialismo português e reconhecimento dos regimes “comunistas” criados ao seu término, relacionamento com Cuba e os demais regimes “esquerdistas” na região – já se encontravam “enquadrados”, de certo modo, na ideologia da segurança nacional subjacente ao pensamento militar desde o início dos anos 1950. O que pode ter ocorrido de “heterodoxo” na política externa desses anos foi mais o resultado da “diplomacia blindada” dos generais monotemáticos no anticomunismo primário do que o fruto do pensamento diplomático profissional. Em grande medida, aspirações diplomáticas e militares se conciliam quanto aos resultados, ainda que possam divergir quanto aos meios. Quais são, numa lista não exaustiva, as metas comuns aos soldados e aos diplomatas?: fazer do Brasil uma “grande potência”; inseri-lo nas instâncias decisórias do poder mundial, se possível por vias pacíficas, se necessário pela posse da arma nuclear;

⁶³ Como registrado em depoimento do embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro, “o Itamaraty jamais aceitou as pressões, de parte das Forças Armadas, no sentido de realizar as investigações e propor as punições em comissão composta e presidida por militares”; correspondência ao autor (Rio de Janeiro, 10/10/2007). É curioso observar, aliás, que, em certas áreas, o Itamaraty podia ser, alternativamente, visto como muito antiamericano, ou, então, como “entreguista” em demasia.

alcançar a hegemonia regional com base na preeminência econômica; lograr a modernização tecnológica mediante a cooperação internacional (ou seja, via “transferência de tecnologia”); expandir os interesses nacionais em direção dos demais países em desenvolvimento; granjear o respeito das grandes potências e, se possível, falar-lhes de igual para igual, tais eram, a rigor, nos “anos de chumbo” do regime militar, os objetivos compartilhados em igual medida pelos militares e pelos profissionais da diplomacia.

Nesse sentido, o “ambiente” de trabalho gerado pelo AI-5 não poderia ser considerado como totalmente negativo pelo Itamaraty. À parte pequenos constrangimentos quanto aos meios – geralmente criados pela obrigatoriedade de consulta à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional antes de finalizar instruções relevantes (ou, até, algumas irrelevantes, como vistos para integrantes do balé Bolshoi, onde poderiam esconder-se perigosos “espiões comunistas”) – o Itamaraty trabalhou de maneira bastante independente nesses anos, sem maiores questionamentos da sociedade ou do Congresso. Os constrangimentos mais relevantes, nessa época, eram os interesses alinhados com Portugal colonialista, força conservadora dificultando uma evolução que os diplomatas sabiam há muito ser necessária. No mais, militares, diplomatas, tecnocratas governamentais e industriais concordavam quanto ao essencial das políticas governamentais.

O Brasil era, nessa época, protecionista, estatizante, adepto de políticas ativas no plano setorial – subvenções industriais, por exemplo – e nacionalista o suficiente para ganhar o respeito dos “progressistas”, inclusive quanto à “autonomia tecnológica” e o discurso tradicional de se atribuir aos ricos e poderosos a responsabilidade pela iniquidade e desigualdade no mundo, daí propugnando-se a famosa “transferência de tecnologia” em favor dos países em desenvolvimento. De certo modo, isso ainda não mudou, nem do lado dos militares, nem dos diplomatas, que continuam a cultivar, com certas escolas econômicas, a “ideologia do desenvolvimentismo”; e os industriais continuam recorrendo ao Estado. Como registrou um profissional contemporâneo, certos traços do comportamento dos diplomatas, à época, podiam representar uma espécie de compensação psicológica pelas concessões que tinham de ser feitas em outros terrenos: “possivelmente os exacerbados nacionalismo, protecionismo e antiamericanismo, quase maníacos em muitos de nós, fossem uma proteção psicológica para estar no lado menos ruim do período militar e para evitar o mais possível – e por ‘causas nobres’ – saber do lado podre”.⁶⁴

⁶⁴ Correspondência do embaixador Sebastião do Rego Barros (Rio de Janeiro, 1/01/2008).

No plano dos procedimentos, o AI-5 pode ter induzido o Itamaraty à sensação, comum às sociedades autoritárias, de que o Estado tudo pode, desde que a decisão tenha sido tomada por “tecnocratas esclarecidos” (ou bem instruídos). Naqueles tempos, tudo podia ser ordenado por meio de decretos-leis, sem consulta ao Congresso e muito menos à sociedade. Os recursos financeiros podiam ser relativamente escassos, mas uma vez tendo o presidente sido convencido da “necessidade” de tal medida, eles acabavam aparecendo e fluindo para o objetivo desejado, independentemente dos custos de médio e longo prazo ou de suas externalidades negativas. O ex-chanceler Gibson Barboza, por exemplo, dedica 50 páginas de suas memórias para descrever em detalhes seu grande périplo por nove países africanos, ao cabo do qual diversas novas embaixadas em países menores foram criadas por decreto (como hoje, aliás). Generosos créditos comerciais foram concedidos a dezenas de países em desenvolvimento – e para alguns socialistas – para que eles pudessem importar, manufaturados e *commodities* do Brasil, em condições arriscadas para o Tesouro nacional (que aliás, ainda não existia, atuando no setor a Fazenda e o Banco Central). As conseqüências foram sentidas menos de uma década após, com inadimplências generalizadas e um alto custo fiscal para o Estado, vale dizer, para o Brasil.

A sensação de “onipotência” dada aos militares pelo AI-5 pode ter tido sua contrapartida na autonomia da política externa, gerenciada unicamente pelos próprios diplomatas, numa Casa onde noções econômicas como custo-oportunidade ou retorno dos investimentos raramente foram consideradas no processo decisório que deveria instruir determinadas iniciativas diplomáticas, inclusive no plano estrito da promoção comercial ou mesmo dos acordos econômicos negociados pelos seus profissionais. O insulamento que o AI-5 concedeu ao Estado em relação à sociedade, chamada a contribuir, mas raramente consultada sobre o uso alternativo dos recursos colocados à disposição da máquina pública, pode estar se refletindo ainda hoje nas políticas públicas, tanto no âmbito próprio do Itamaraty, e “sua” política externa *stricto sensu*, como no domínio mais geral do Estado e de suas práticas fiscais e orçamentárias. A independência em relação aos mecanismos de controle público, a começar pelo Parlamento e os órgãos de fiscalização, pode, nesse sentido, ensejar o uso nem sempre o mais racional possível dos recursos, escassos por definição, advindos das receitas públicas. O AI-5, por certo, não criou a cultura da “autonomia” do Estado em face da sociedade, mas ele certamente agravou determinadas práticas antidemocráticas que persistem até hoje, inclusive no plano das relações exteriores (não necessariamente “diplomáticas”, apenas).

A face positiva dessa autonomia relativa do Itamaraty e do respeito mútuo que pautava o trabalho dos soldados e dos diplomatas durante a era militar – ou, para ser mais exato, o grau de latitude que o “sistema” concedia à Casa de Rio Branco – foi a institucionalização em bases burocráticas da diplomacia profissional, ou seja, seu comportamento e organização idealmente “weberianos”, de certo modo imunes às deficiências funcionais e problemas organizacionais das demais agências do Estado brasileiro. As duas entidades partilham, em grande medida, o mesmo ethos profissional, pois que ambas se concebem hegelianamente como corporações permanentes, cujo razão ontológica de ser é o serviço do Estado, pelo Estado e para o Estado (algumas vezes para si mesmas).

As memórias de Gibson Barboza também registram o cuidado em formular e operar uma política externa em bases essencialmente nacionais, mantendo a diplomacia isolada das divisões político-partidárias ou ideológicas que marcavam a sociedade e o próprio Estado. Não existia, obviamente, um partido dominante, sequer um Congresso atuante – em qualquer esfera da vida pública que se conceba como relevante para a definição de políticas públicas com impacto na vida do país –, a não ser o próprio “partido militar”, ele mesmo dividido em grupos e correntes divergentes entre si, quando não abertamente opostos em temas de política interna e externa – mais nacionalismo ou mais interdependência, autonomia tecnológica ou interação com os EUA, por exemplo –, como visto pelas opiniões expressas nas memórias do general Sylvio Frota. Os “barões” da diplomacia tiveram o cuidado de não deixar o Itamaraty identificar-se com uma ou outra corrente política, preservando o caráter estritamente profissional da Casa e a orientação propriamente nacional da política externa, isenta de influências partidárias ou ideológicas.⁶⁵

Esse legado é relevante e, talvez, seja o único ponto positivo a reter da longa noite de arbítrio e de autoritarismo que teve de atravessar a sociedade brasileira e, junto com ela e dentro dela, a comunidade da política externa, em primeiro lugar os diplomatas. Nesses anos de chumbo, o Itamaraty foi relativamente “livre”, mas, obviamente, a autonomia, de fato, da política externa, em relação a correntes de opinião ou a posições partidárias, poderia ter dispensado a camisa de força do regime militar...

Referências bibliográficas:

⁶⁵ Esta talvez seja a lição a reter do período, como registrado textualmente em carta do embaixador Marcio Dias a propósito do falecimento do ex-chanceler Mario Gibson Barbosa: “Não é o caso de concordar ou não com o Governo. Afinal, todos servimos ao país no tempo dos Governos militares, com os quais a grande maioria de nós não concordava. Mas servíamos ao Estado, nosso legítimo padrão, e não a partidos”; cf. “Carta aberta ao chanceler Celso Amorim”, *Jornal do Brasil*, op. cit.

- Abreu, Alzira Alves et alii (coords.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*, 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2001, 5 vols.
- Almeida, Paulo Roberto de. “A diplomacia do liberalismo brasileiro”, in José Augusto Guilhon de Albuquerque, Ricardo Seitenfus, Sergio Henrique Nabuco de Castro (orgs.), *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006; vol. 1: *Crescimento, Modernização e Política Externa*, p. 211-262.
- Arinos, Filho, Afonso. *Diplomacia Independente: um legado de Afonso Arinos*, São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- Barboza, Mario Gibson: *Na Diplomacia, o traço todo da vida*, 3ª ed., revista e ampliada, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.
- Barreto, Fernando de Mello. *Os Sucessores do Barão, 2: relações exteriores do Brasil, 1964-1985*, São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República-CEMDP, *Direito à Verdade e à Memória*, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- Castro, Flavio Mendes de Oliveira Castro. *Caleidoscópio: cenas da vida de um diplomata*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- Collier, David (ed.). *The New Authoritarianism in Latin America*, Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1979.
- Contreiras, Hélio. *AI-5: a opressão no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 2005.
- Corrêa, Manoel Pio: *O mundo em que vivi*, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994-95, 2 vols.
- Cunha, Vasco Leitão da. *Diplomacia em Alto-mar: depoimento ao Cpdoc*, 2ª ed.; Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- Dias, Marcio, “Carta aberta ao chanceler Celso Amorim”, *Jornal do Brasil*, 16/12/2007, p. A11.
- Frota, Sylvio. *Ideais Traídos*, Rio de Janeiro: Zahar, 2006; organização de Maria Celina D’Araujo e Celso Castro.
- Gaspari, Elio: *A Ditadura Escancarada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A Ditadura Envergonhada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A Ditadura Derrotada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Gonçalves, William da Silva e Shiguenoli Myiamoto, “Os militares na política externa, 1964-1984”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 6, 12, 1993, p. 211-246.
- Houaiss, Antonio. *A Defesa*, Rio de Janeiro: Avenir, 1979.
- Mariz, Vasco (coord.). *Antonio Houaiss: uma vida: homenagem de amigos e admiradores em comemoração de seus 80 anos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização – II: Rivalidade Emergente*, 2ª ed. revista e ampliada, São Paulo, Senac, 1999.
- Rodrigues, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Aspirações Nacionais: Interpretação Histórico-Política*. 4ª ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- Sequeira, Claudio Dantas. “O serviço secreto do Itamaraty”, *Correio Braziliense*, reportagens publicadas entre os dias 23 e 26 de julho de 2007; links: “O pai do serviço secreto do Itamaraty”: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=81>; “O serviço secreto do Itamaraty”: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=82>; “As vítimas do CIEX”: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=83>; “Vidas monitoradas pela diplomacia”: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=84>; “Espões na pele de

diplomatas”: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=86>; “Ex-agente na ativa”: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=87>; “A diretoria do Ciex”: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=88>.

Vizentini, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964/1985)*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.